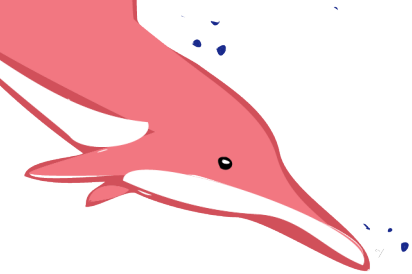


The background is a light blue gradient representing the ocean. A hand with a brown skin tone and a yellow and orange striped wristband holds a large, pink, spiral seashell. Several pink sea creatures, including fish, a squid, and a whale, are swimming around. A white speech bubble with a dark blue border is positioned in the upper center, containing the title text. The bottom of the image features dark blue wavy lines representing the ocean surface.

O que é governança climática?



O que é governança climática?

© Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)
Panamá, República do Panamá, 2020

Autores: Sara Cognuck González e Emilia Numer

Parecer técnico: Adrián Martínez

Coordenação: Hanoch Barlevi, especialista regional em mudanças climáticas e redução dos riscos de desastre, UNICEF para a América Latina e Caribe

Design: Matías Davirón

O conteúdo deste documento somente pode ser reproduzido na íntegra para uso em pesquisas, ações de apoio e educação, desde que não seja alterado e que os devidos créditos sejam dados à UNICEF. Esta publicação não pode ser reproduzida para outros fins sem a prévia autorização por escrito da UNICEF. As autorizações deverão ser solicitadas à Unidade de Comunicação, comlac@unicef.org.

O conteúdo deste documento não necessariamente representa a política oficial e opiniões da UNICEF. Referências a sites que não sejam da UNICEF, não significam que a UNICEF garanta a exatidão da informação contida ou que endorse as opiniões expressas.

Escritório Regional para a América Latina e Caribe

Edifício 102, Rua Alberto Tejada, Cidade do Saber

Cidade do Panamá, República do Panamá

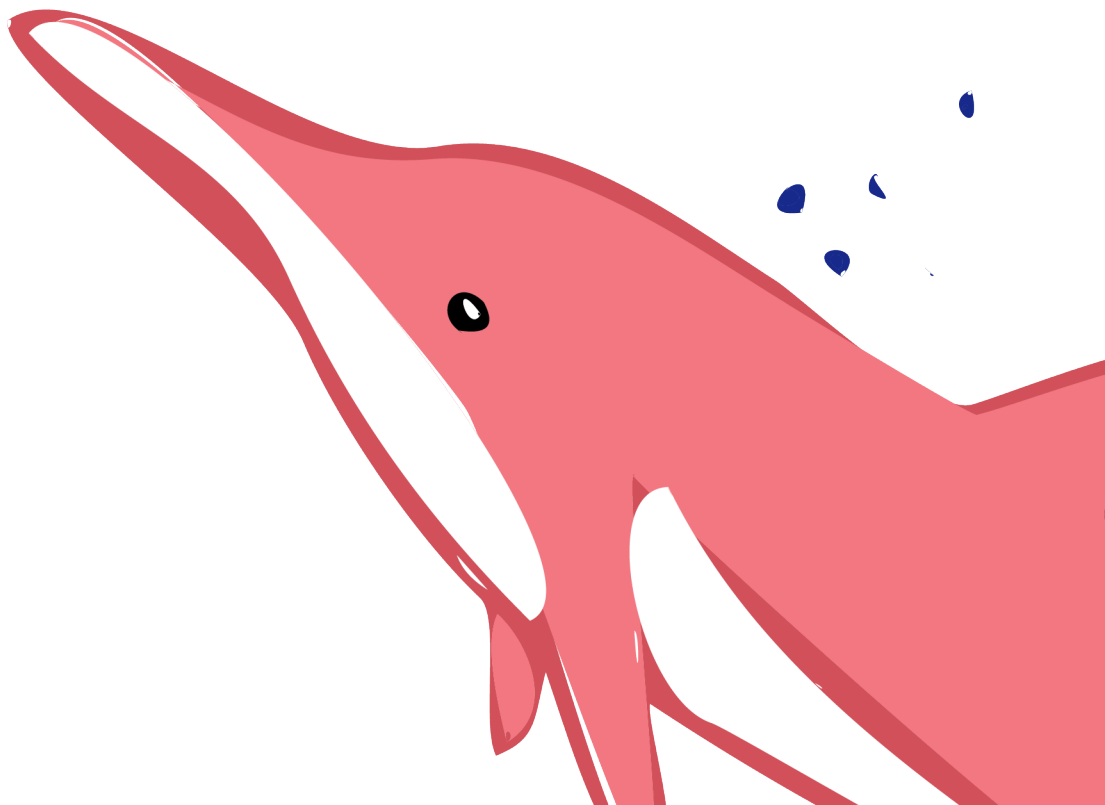
Caixa Postal: 0843-03045

Telefone: (+507) 301 7400

www.unicef.org/lac

Twitter: [@uniceflac](https://twitter.com/uniceflac)

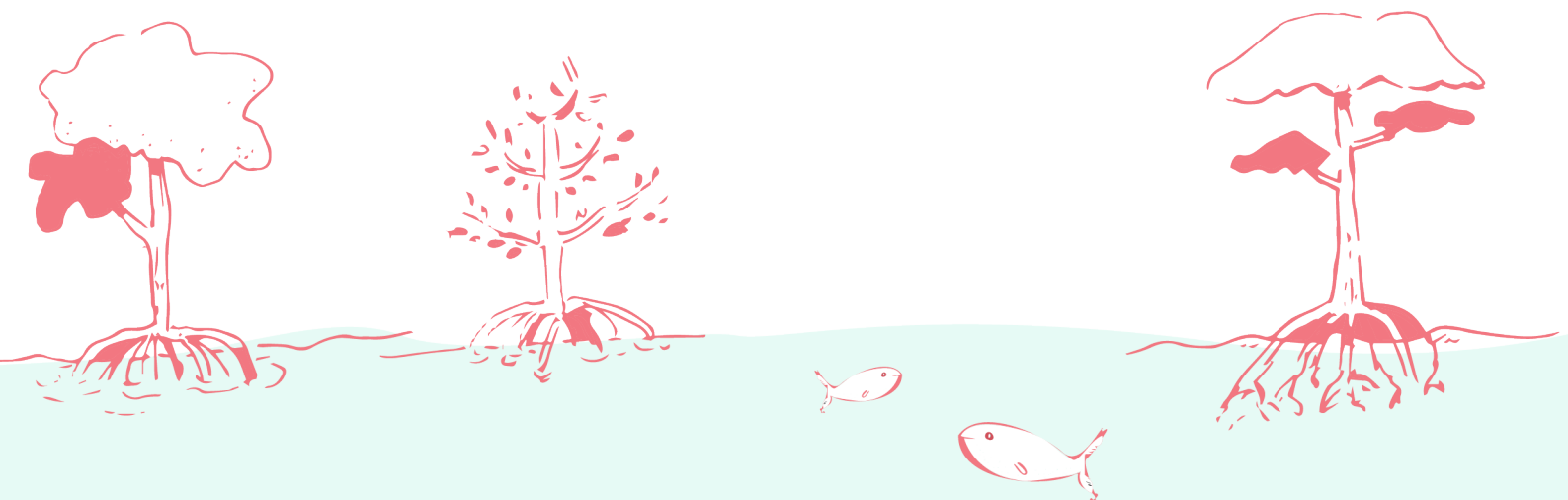
Facebook: [/uniceflac](https://facebook.com/uniceflac)



O que é governança climática?

Um guia para entender a governança climática nacional e as negociações climáticas internacionais.

unicef  para cada criança



Apresentação

"Nós, como jovens, somos agentes de mudanças em diferentes setores da sociedade. Na **ação climática**, não estamos sendo deixados para trás: nossas vozes são cada vez mais ouvidas e exigimos a nossa **participação plena**. Nossa participação também é um direito que deve prevalecer para a construção de políticas públicas."

O **Pacote de Ferramentas para Jovens Ativistas do Clima na América Latina e Caribe** foi criado por jovens que, como você, que estamos preocupados com a situação do nosso planeta, e como ativistas, enfrentamos muitos desafios ao defender e agir.

Nosso objetivo é compartilhar informações claras, concisas e facilmente compreensíveis que descrevam o caminho que a ação climática global, nacional e regional está tomando, afim de preparar você para uma **participação plena e informada**.

Os cadernos são complementares, para que você possa lê-los sucessivamente e aprofundar progressivamente seu conhecimento sobre cada um dos tópicos. Você também pode consultá-los de forma independente, de acordo com suas necessidades.

Estes são:

Ferramentas para ação climática: incluem as ferramentas-chave para avançar no cumprimento aos objetivos da ação climática global e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, incluindo o Acordo de Paris, as Contribuições Nacionalmente Determinadas e outros instrumentos.

O que é governança climática?: detalha sobre a governança climática e o processo de tomada de decisão nos níveis nacional e internacional, incluindo a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, seu funcionamento e os mecanismos de participação.

Prepare-se para agir!: conselhos práticos e relatos das experiências de outros e outras ativistas para ajudá-lo a desenvolver as habilidades necessárias para participar e influenciar a agenda climática.

Acordo de Paris para jovens: detalhes do Acordo, sua importância e todos os seus artigos em uma linguagem simples

Acordo de Escazú para jovens: informação essencial sobre o Acordo, sua importância e seus artigos em uma linguagem simples.

Glossário do Clima para jovens: conceitos e definições importantes que todo ativista do climático precisa conhecer.

Este caderno usa os termos "juventude" e "jovens" para se referir aos adolescentes e jovens entre 15 e 24 anos de idade.

0 a 17

10 a 19

15 a 24

10 a 24

Agradecimentos

O kit de ferramentas foi escrito por Sara Cognuck González, uma jovem ativista climática da Costa Rica e Emilia Numer, consultora do UNICEF com assessoria técnica de Adrián Martínez e Hanoch Barlevi. Todo o conteúdo foi elaborado em parceria com jovens ativistas climáticos de 15 países da América Latina e do Caribe.

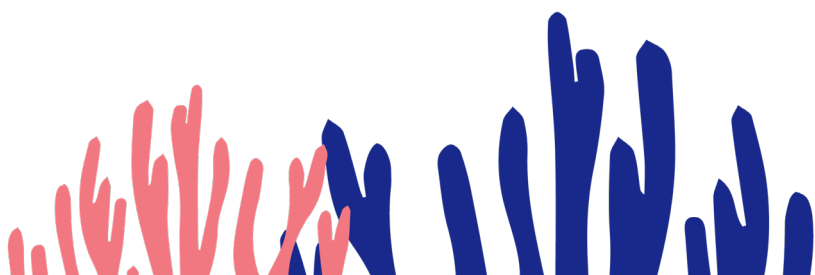
Agradecimentos especiais a Carolina Guerra (Red de Jóvenes ante el Cambio Climático), Juan José Martín (Cverde), Soraya Zorzal and Valery Salas (YOUNGO), jovens ativistas que estavam entusiasmados com o projeto e sempre preparados para contribuir de maneira construtiva este livreto.

Também agradecemos aos jovens que revisaram, editaram e forneceram contribuições e, aqueles que participaram do processo de consulta: Ana Quesada (SDSN Youth México), Bárbara Neira (USM Cero Residuo), Benjamín Carvajal (UNO.CINCO), Bernardita Castillo (UNO.CINCO), Bruno Rodríguez (Jóvenes por el Clima Argentina), Camila González (Fridays For Future México), Carmen Monges (WWF), Catalina Silva (CONCAUSA), Christian Flores (Plataforma Boliviana de Acción frente al Cambio Climático), Claudia Taboada (YOUNGO), Daniel Villamar (Fridays For Future Ecuador), Danielle Howell (Local Disaster Management office), Eleanore Henderson (YOUNGO), Elmer Gómez (Asociación Civil Paz Joven), Esperanza de la Cruz (CONCAUSA), Gabriel Cuestas (Plataforma Iberoamericana de Jóvenes Indígenas), Guillermo Passeggi (CONCAUSA), Heber Olivahn (YOUNGO), Heeta Lakhani (YOUNGO), Isabel Amorín (Red Centroamericana de Jóvenes por el Agua), Jessica Vega (Red de Jóvenes Indígenas de América Latina y el Caribe), Jevanic Henry (Red Medioambiental de Jóvenes del Caribe), Judith Pereira (Fridays For Future Costa Rica), Kantuta Conde (Red

de Jóvenes Indígenas de América Latina y el Caribe), Kevin Manning (Universidad de las Indias Occidentales), Kyara Cascante (Campeona del Acuerdo de Escazú), Manuel Vásquez (Movimiento Ecológico Estudiantil), María Esperanza de la Cruz (CONCAUSA), Marie Claire Graf (YOUNGO), Marlene Sánchez (Plataforma Boliviana de Acción Frente al Cambio Climático), Mayte Molina (Red de Jóvenes por el Agua Centroamérica), Montserrat Fonseca (Educación Ambiental Mundial), Nicole Becker (Jóvenes por el Clima Argentina), Noemy González (Jóvenes Unidos por Centroamérica), Priscila Moreno (Red Terra Viva Ecuador), Rafael Cortés, Raquel Sagot (Red de Juventudes y Cambio Climático), Rogelio Rosas (SDSN Youth México), Rosario Garavito (The Millennial Movement), Samia Benalcázar (Unión Estudiantil - Tandari), Sofía Abril (The Last Chance), Sofía Hernández (Fridays For Future Costa Rica) e Yzamar Machaca Rodríguez (Consejo Juvenil por la Madre Tierra).

Agradecemos ao apoio da equipe do UNICEF: Amy Wickham, Alejandra Trossero, Constanza Solís, Fabio Friscia, Fabiola Rios Pool, Gladys Hauck, Manuel Moreno González, Marlene Coyure Tito e Zoraya El Raiss por suas orientações e conselhos, que ajudaram a tornar esse kit de ferramentas uma realidade.

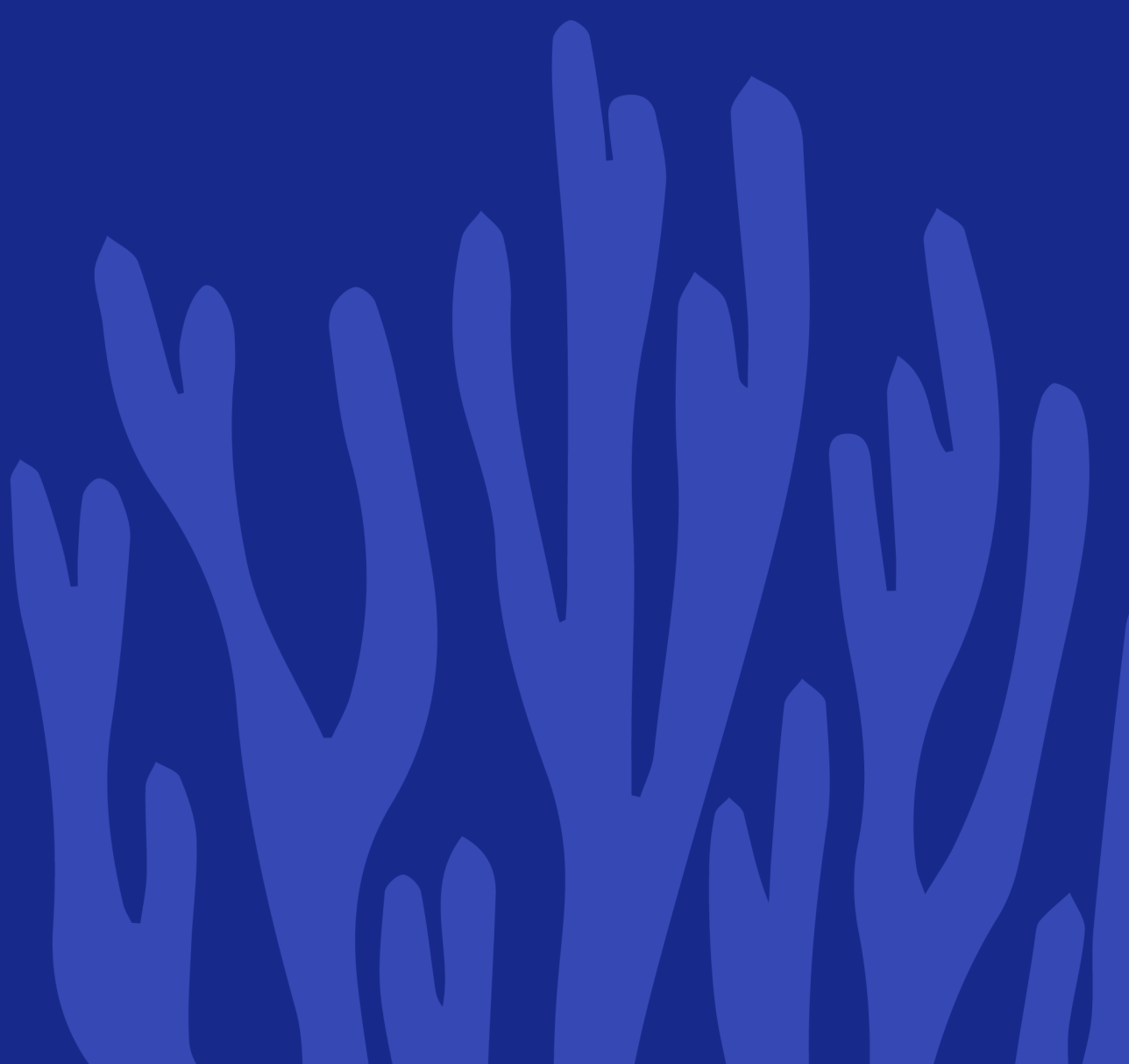
A versão em português do livreto O que é governança climática? foi possível graças ao trabalho de Filipe Panda e Mylena Couto, a quem, através do programa de voluntários das Nações Unidas realizaram a tradução de maneira voluntária com o apoio de Rayanne Cristine Maximo (UNICEF Brasil).



Conteúdo



7	Siglas e abreviações
9	Introdução
10	O que é governança climática multinível?
12	Governança climática nacional e subnacional
23	Governança climática internacional
40	Referências

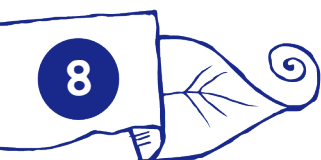


Siglas e abreviações

No contexto da Ação Climática, o uso de siglas e acrônimos em inglês é muito comum, inclusive quando estamos nos referindo a eles em português. Aqui estamos compartilhando a lista de acrônimos que você encontrará ao longo do documento, com sua versão em inglês e com seu significado nos dois idiomas.

5C	Conselho Consultivo do Cidadão sobre Mudanças Climáticas	Citizen Climate Change Council
AC	Comitê de Adaptação	Adaptation Committee
ACE	Ação para o Empoderamento Climático	Action for Climate Empowerment
AILAC	Aliança Independente da América Latina e Caribe	Independent Association for Latin America and the Caribbean
ALBA	Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América	Bolivarian Alliance for the People of Our America
AOSIS	Aliança dos Pequenos Estados	Alliance of Small Island States
BINGO	Grupo eleitoral de organizações não governamentais (ONGs) empresariais e industriais	Constituency Business and industry NGOs
CACAM	Grupo de países da Ásia Central e Cáucaso, Albânia e Moldávia	Group of countries of Central Asia, Caucasus, Albania and Moldova
CAN-LA	Rede de Ação Climática - América Latina	Climate Action Network - Latin America
CMA	Conferência das Partes na sua qualidade de reunião das Partes no Acordo de Paris	Conference of the Parties serving as the Meeting of the Parties to the Paris Agreement
COP	Conferência das Partes	Conference of the Parties
COY	Conferência da Juventude	Conference of Youth
CTCN	Centro e Rede de Tecnologia Climática	Climate Technology Centre & Network
EIG	Grupo de Integridade Ambiental	Environmental Integrity Group
ENGO	Grupo eleitoral de ONGs ambientais	Constituency of Environmental NGOs
EU	União Europeia	European Union
IPCC	Painel intergovernamental sobre Mudanças Climáticas	Intergovernmental Panel on Climate Change
IPO	Organizações de povos indígenas	Indigenous peoples organizations
LCIPP	Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas	Local Communities and Indigenous People Platform

LGMA	Governos locais e as autoridades municipais	Local Government and Municipal Authorities
LMDC	Países em desenvolvimento com afinidades	Like-Minded Developing Countries
MOCICC	Movimento Cidadão diante da Mudança Climática	Citizen Movement against Climate Change
NAMA	Ações de Mitigação Nacionalmente Apropriadas	Nationally Appropriate Mitigation Actions
NAPA	Programas de Ação Nacional de Adaptação	National Adaptation Programmes of Action
NDC	Contribuições Nacionalmente Determinadas	Nationally Determined Contribution
NGO	Organização não governamental	Non Governmental Organization
OLAC	Observatório latino-americano pela Ação Climática	Latinamerican Observatory for Climate Action
PCCB	Comitê de Capacitação de Paris	Paris Committee on Capacity-building
Pre-COP	Reunião preparatória para a Conferência das Partes	Preparatory Meeting of Conference of the Parties
RINGO	ONGs independentes e orientadas a pesquisa	Research and independent NGOs
SBI	Órgão Subsidiário de Implementação	Subsidiary Body for Implementation
SBSTA	Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico (SBSTA)	Subsidiary Body for Scientific and Technological Advice
SCAC	Sociedade Civil para Ação Climática	Civil Society for Climate Action
SCF	Comitê Permanente de Finança	Standing Committee on Financing
SDG	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	Sustainable Development Goal
SICA	Sistema de integração Centroamericana	Central American Integration System
TEC	Comitê Executivo de Tecnologia	Technology Executive Committee
TUNGO	Trade union NGOs ONGs sindicais	Constituency of Trade Unions
UNFCCC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima	United Nations Framework Convention on Climate Change
WGC	Grupo de trabalho de Mulheres e Gênero	Women and Gender Constituency
WIM	Mecanismo Internacional de Varsóvia para perdas e danos	Warsaw International Mechanism for Loss and Damage
YOUNGO	Constituency of Youth NGOs Grupo eleitoral de ONGs de jovens	Constituency of Youth NGO



Introdução

A construção de soluções climáticas é um processo complexo e de escala global que **envolve todos os níveis** e é relevante para todos os setores da sociedade. A governança climática está ligada ao desenvolvimento dos países, ao bem-estar da natureza e das pessoas.

A fim de que, os processos sejam participativos e resultem em ações climáticas eficientes e eficazes, devem ser levados em consideração os direitos das pessoas e as regulamentações que as protegem. Do mesmo modo, é vital que as decisões e políticas climáticas sejam sensíveis às percepções, os interesses e direitos das populações vulneráveis. Os jovens são atores importantes para o sucesso da ação climática, e a sua participação nos processos de tomada de decisão climática é um direito humano.

Este guia foca na negociação climática e nos processos de tomada de decisão que impactam nosso bem-estar e definem o rumo para a ação climática.

O guia abrange os seguintes tópicos:



O que é governança climática multinível e as suas implicações nos processos de tomada de decisão sobre mudanças climáticas.

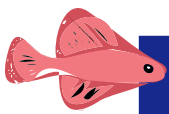


Conhecer como a governança climática é desenvolvida à nível nacional, analisando quem são seus actores e quais processos podem ter oportunidades de participação.



Analisar em detalhe como as negociações internacionais sobre mudanças climáticas se desenvolvem: Esta seção fornece uma explicação detalhada de como funcionam os processos de negociação, as agências relevantes e como os atores sociais se organizam para participar.

O que é governança climática multinível?

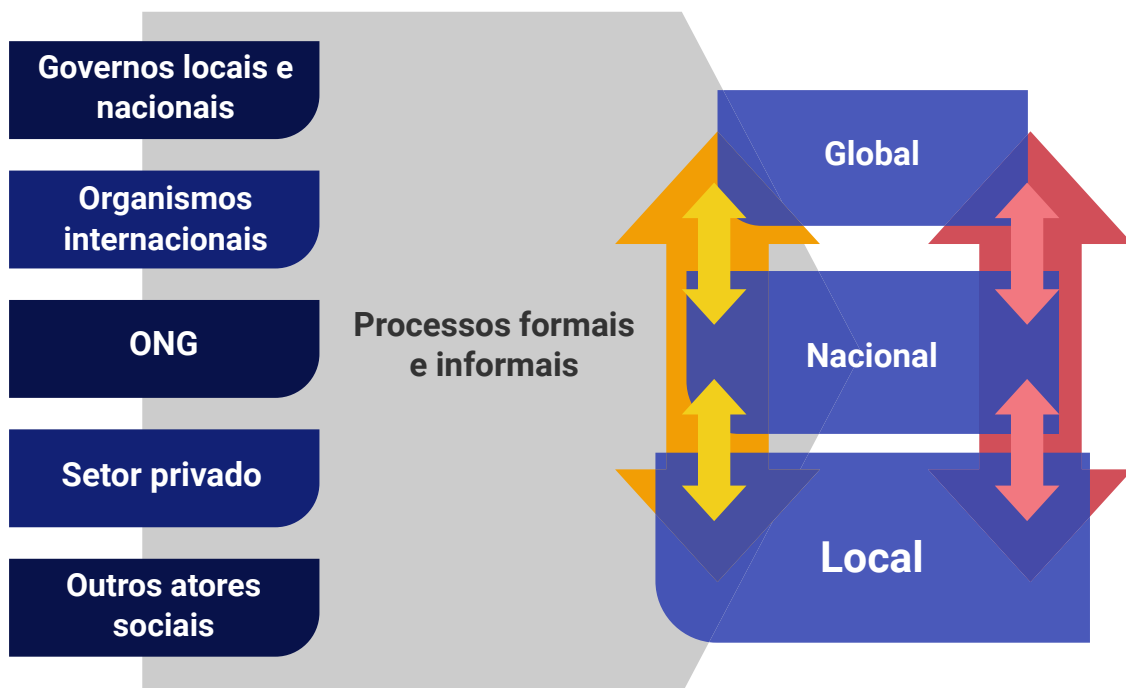


A governança climática multinível é um processo contínuo de discussões e negociações envolvendo um grupo diverso de governos nacionais e locais, organismos internacionais, o setor privado, ONG e outros atores sociais. Seu objetivo é promover oportunidades e ações imediatas para enfrentar as mudanças climáticas. Esses processos de tomada de decisão e discussão podem ser formais ou informais, flexíveis e adaptáveis, e ocorrem em vários níveis: local, nacional, regional ou internacional.

Você pode ver a definição de "governança climática" no [Glossário Climático para jovens ativistas](#)

Tendo em vista os efeitos das mudanças climáticas de alcance global, nacional e local, a governança multinível é crucial para enfrentar as suas causas e os seus impactos multiníveis, e **a participação de todos os atores sociais é necessária para fornecer uma resposta eficaz.**

Governança climática multinível¹



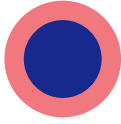
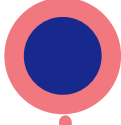
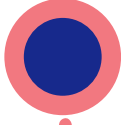
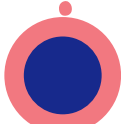
¹Jänicke, M., 'The Multi-level System of Global Climate Governance – the Model and its Current State', *Environmental Policy and Governance*, vol. 27, no. 2, 2017, págs. 108–121.



A integralidade da governança multinível também fortalece e promove a inovação, a capacidade de resolução de problemas, o aprendizado e o desenvolvimento de soluções que beneficiam uma maior quantidade de setores. Além disso, **é capaz de tornar os processos de tomada de decisão ou de políticas públicas mais eficientes** e criar mecanismos que podem ser adaptados a contextos específicos e aos mais diversos temas. Portanto, ao tentar entender os processos de tomada de decisão relacionados ao clima, precisamos de ter em mente a sua natureza multinível.



Alguns dos benefícios da governança climática multinível:

- 
-  Garante a coerência entre os planos e políticas locais, nacionais e internacionais.
 -  Promove a colaboração, inovação e aprendizagem entre atores e autoridades em vários níveis.
 -  Integra o conhecimento, as ideias e as perspectivas dos diferentes níveis e sectores da sociedade.
 -  Estabelece objetivos, mecanismos, políticas e soluções em conjunto, garantindo que mantenham um certo nível de harmonia.
 -  Estabelece ferramentas ou estruturas para troca de informações, tomada de decisões, acompanhamento, monitoramento e relatórios.
 -  Permite uma melhor colaboração entre os atores em diferentes níveis por meio do acordo de funções, relações e responsabilidades claras.
- 

Governança climática nacional ou subnacional

Muitos processos de tomada de decisão ocorrem em nível nacional ou subnacional (ou seja, as divisões territoriais de um país), especialmente sobre a criação de programas, políticas públicas e regulamentações.

É principalmente nesses níveis que a ação climática é implementada.

Atores de vários níveis e áreas temáticas estão envolvidos nos processos de diálogo e negociação, independentemente do nível de autoridade do tomador de decisão. Esses espaços de tomada de decisão nacionais e subnacionais são oportunidades de participação pública, das quais as organizações de jovens podem aproveitar.

Vamos começar conhecendo os diferentes atores sociais e seus respectivos papéis na governança climática nacional.

Os atores sociais e seus papéis na tomada de decisões

A participação nos processos de tomada de decisões ambientais e climáticas é um direito humano. Todas as pessoas, incluindo os jovens e as organizações que os representam, têm o direito de participar nos processos de tomada de decisão sobre o clima, e o Estado possui o dever de garantir o exercício desse direito. Nesse sentido, os direitos de acesso à informação ambiental, justiça climática, a participação e a proteção de defensores das questões climáticas estabelecidos no Acordo de Escazú são extremamente importantes para os ativistas climáticos.

Para mais detalhes, veja o Acordo de Escazú para jovens

Esta lista de atores é útil para entender quem está envolvido nas decisões climáticas:



Setor público

Isso inclui instituições públicas, ministérios e outras entidades que representam o governo nacional ou outros poderes do Estado. Esses atores são **responsáveis pelo desenvolvimento de políticas públicas**, regulamentações e tomadas de decisão em nível nacional ou subnacional.



Governos locais

Este é o nível de administração pública mais próximo aos cidadãos. Seu papel é tomar decisões que podem ser implementadas localmente e que se encaixam na ação climática, incluindo os objetivos de acordos internacionais como o Acordo de Paris.



Sociedade civil

Inclui os diversos tipos de organizações que representam as pessoas que têm o direito de participar dos processos de tomada de decisão climática. Essas organizações contribuem para os processos de tomada de decisão com comentários, opiniões e propostas baseadas em seus conhecimentos e experiências locais, ancestrais, tradicionais, técnico-científicas. Podem incidir nos processos de tomada de decisão contextualizando as discussões em torno das realidades, experiências, interesses, direitos e opiniões dos cidadãos. A sociedade civil também impulsiona ações em nível local que ajudam a melhorar as condições de adaptação da comunidade. As organizações de crianças, adolescentes e jovens também fazem parte da sociedade civil e têm o mesmo direito de participação.



Setor privado

Este é um dos setores que mais gera emissões de gases de efeito estufa (GEE), o que significa que a ação que realiza para reduzir essas emissões é um importante componente da ação climática. A mudança nos padrões de produção, a modificação das matrizes energéticas; o desenvolvimento de ciclos de produção ou sistemas de distribuição e comercialização mais sustentáveis são as ações que deveriam ser priorizadas. **Devido a sua responsabilidade pelas emissões e o seu potencial para criar tecnologias de mitigação e adaptação, o setor privado é um ator essencial na ação climática.**



Âmbito Acadêmico

Este setor fornece conhecimento e pesquisa que permite decisões sejam tomadas com base no conhecimento científico. Também disponibiliza recursos e espaços essenciais para fortalecer a educação, criando novas oportunidades, aumentando as capacidades e promovendo a compreensão das mudanças necessárias, tornando o processo mais eficaz e eficiente.

Processos e instâncias chaves para incidência

Os processos participativos podem envolver o desenvolvimento de oficinas, pesquisas, consultas, recebimento de documentos ou estudos e até espaços virtuais de participação. Também podem promover a criação de espaços permanentes de consulta e participação cidadã na governança climática. Esses processos em nível nacional ou subnacional são oportunidades para participação jovem.

Esta seção descreve os principais espaços, para que você possa definir suas estratégias e ações de incidência. Lembre-se de que esses espaços podem variar de país para país.

1 Criar políticas públicas e tomar decisões diretamente relacionadas aos processos de governança climática internacional da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC): por exemplo, as comunicações nacionais que cada país deve apresentar à UNFCCC podem ser **um ponto de partida para que os ativistas climáticos solicitem espaços de responsabilização em relação à ambição climática em seus países.** Essas comunicações incluem um inventário nacional de emissões de GEE e outros detalhes sobre a implementação de ações climáticas.

2 Atualização das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC): todos os países devem atualizar seus NDC a cada cinco anos. Para enriquecer este processo deveriam participar diferentes setores sociais, governos locais, ministérios, instituições públicas e organizações internacionais. Os jovens devem fazer parte de quaisquer consultas ou oficinas para que possam adicionar seus comentários e perspectivas para aumentar a ambição e efetividade dos novos NDC.

*veja a caderno
Ferramentas para Ação
climática*

3 Criação ou atualização de outras ferramentas de ação climática: além dos NDC, existem outras ferramentas de ação climática que nos permitem participar da governança climática nacional:

 **Ações de Mitigação Nacionalmente Apropriadas (NAMA):** esses processos setoriais devem ser vinculados por meio de consultas aos atores sociais relevantes. Aos jovens dos setores vinculados a esses processos deve ser garantida a sua participação.

 **Estratégia de longo prazo:** por serem de longo prazo, esses espaços não surgem com frequência, mas existe grande potencial de participação na América Latina, pois poucos países desenvolveram estratégias de longo prazo. Os jovens podem participar para garantir que essas estratégias sejam sensíveis aos direitos e necessidades deles.

 **Programas de Ação Nacional de Adaptação (NAPA):** são criados voluntariamente pelos países menos desenvolvidos porque são particularmente vulneráveis às mudanças climáticas. Sua implementação permite a participação no processo de consulta nacional ou subnacional através de contribuições e propostas.

 **Comunicações sobre a adaptação do Acordo de Paris:** oferecem a oportunidade de descobrir o estado das ações de adaptação implementadas em seu país. As informações obtidas com isso permitirão que você possa incidir e solicite espaços de diálogo com as autoridades.

*para saber mais sobre os NDC,
consulte o caderno Ferramentas
para Ação Climática*

4 Criação de leis, regulamentos ou políticas públicas sobre mudanças climáticas: esses processos podem gerar diálogos e consultas que podem informar o desenvolvimento e a regulamentação de normas. Eles regulam a governança climática em nível nacional e estabelecem os deveres e direitos que as pessoas podem reivindicar na ação climática. Por exemplo, para criar a lei-quadro do Peru sobre mudanças climáticas e suas regulamentações, foram realizados diálogos (promovidos pelo Ministério do Meio Ambiente e diferentes organizações) com vários atores e setores, incluindo jovens. O conteúdo do projeto de lei foi discutido nesses espaços e divulgado para consulta pública. A contribuição do público foi então incluída nos textos preliminares que foram discutidos.

5 Tomada de decisão em questões menos diretamente relacionadas às mudanças climáticas: as mudanças climáticas devem ser consideradas uma questão transversal que pode ser incluída nos processos de outras questões importantes, como água, educação, gênero, energia ou finanças.



Mais oportunidades para fazer a diferença!

A ação climática está diretamente relacionada à **Agenda 2030** para o Desenvolvimento Sustentável e aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O **ODS 13** sobre ação climática exige medidas urgentes para lidar com a mudança climática e seus efeitos. No entanto, a ação climática também pode ser vinculada a todos os outros ODS. Você pode influenciar seus processos de implementação, que contribuem para a transformação socioeconômica necessária para enfrentar as mudanças climáticas.

A Agenda 2030 é o roteiro para um novo paradigma de desenvolvimento no qual as pessoas, o planeta, a prosperidade, a paz e as parcerias assumem o papel central. Ele contém 17 objetivos a serem alcançados até 2030.

6 Conselhos de cidadania ou plataformas de ação climática: estes espaços podem ser criados pelas autoridades ou por iniciativa pública fortalecer a sua participação. Eles também podem se tornar espaços formais. Por exemplo:

 Em seu primeiro NDC, a Costa Rica se comprometeu a criar ([um Conselho Cidadão de Mudanças Climáticas 5C](#)). Este é um espaço deliberativo que visa a participação na formulação e implementação da política climática.

 O Chile possui uma [Sociedade Civil para a Ação Climática \(SCAC\)](#) composta por organizações de diferentes setores com o objetivo de aumentar a consciência sobre a crise climática e propor soluções a partir de uma perspectiva da sociedade civil.

 No Peru, foi formado o [Movimiento Ciudadano frente al Cambio Climático \[Movimiento Ciudadano contra as Mudanças Climáticas - MOCICC\]](#), por meio do qual os cidadãos geram debate e ação. Esse movimento tem facilitado a participação pública nos processos e é reconhecido como representante da sociedade civil no Comitê Nacional de Mudanças Climáticas.

 O Observatorio Latinoamericano para la Acción Climática [Observatório Latinoamericano de Ação Climática - OLAC] tem como objetivo monitorar o progresso da região na implementação de seus NDC.

 A [Rede de Ação Climática da América Latina \(CAN-LA\)](#) promove ações em nível governamental e individual para limitar as mudanças climáticas induzidas pelo homem a níveis ecologicamente sustentáveis.

Se inspire!

Experiências da participação da juventude

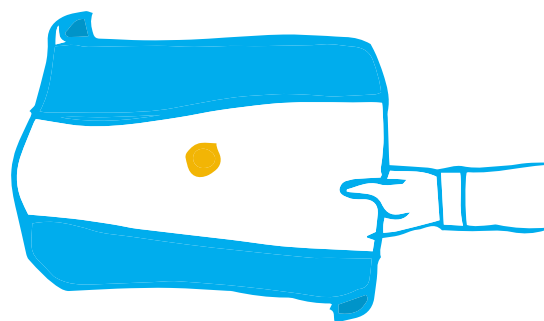
Aqui estão algumas experiências nacionais de participação de jovens em processos de ação climática que podem inspirar e encorajá-lo a tomar ações semelhantes.

Declaração de Emergência Climática na Argentina!

Nós somos Nicole Becker e Bruno Rodríguez do Youth for Climate Argentina, um movimento jovem que exige ações por justiça climática. Junto com 44 organizações, estamos liderando os esforços para fazer a Argentina declarar uma emergência climática e ecológica, para que a primeira lei de mudança climática do país possa ser aprovada.

Medidas tomadas:

- Avaliamos os mecanismos apropriados de incidência política em ambientes institucionais.
- Elaboramos um documento preliminar que serviu de base principal para o instrumento que finalmente foi apresentado ao debate parlamentar na Comissão de Meio Ambiente do Senado. A iniciativa legislativa estava em um formato de "Projeto de Declaração".

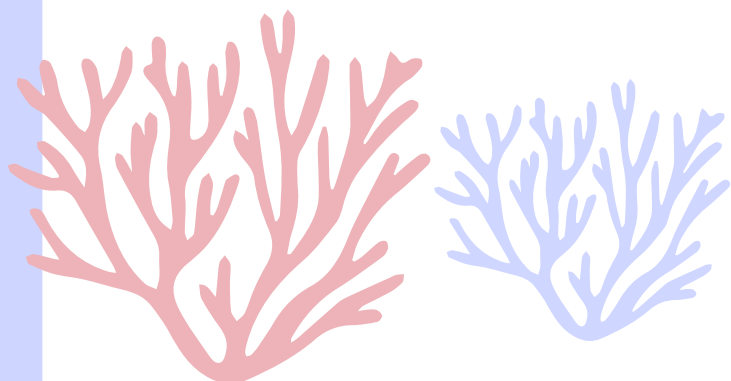


Desafios enfrentados:

- Durante a primeira apresentação da minuta, enfrentamos inúmeros problemas devido aos conflitos de interesses que marcaram a situação eleitoral no ano anterior.
- Os assessores da equipe parlamentar do senado nos subestimaram constantemente e alguns setores imediatamente não quiseram avançar com o projeto.

Resultados

- Reunimos a Comissão de Meio Ambiente do Senado pela primeira vez após anos de paralisação por falta de quorum.
- Conseguimos que mais da metade dos senadores assinassem a minuta apresentada pela Youth for Climate Argentina. Ainda, conseguimos garantir que ela fosse ouvida na Câmara Superior.
- Nós tornamos o primeiro país latino-americano a declarar uma emergência climática e ecológica.



Jovens atualizando as NDC da Bolívia!

Nós somos uma aliança de mais de 24 organizações de adolescentes e jovens comprometidas com as mudanças climáticas e a Mãe Terra. Juntos, passamos por vários processos de aprendizagem entre pares sobre governança climática e os compromissos assumidos no Acordo de Paris, especialmente as NDC.



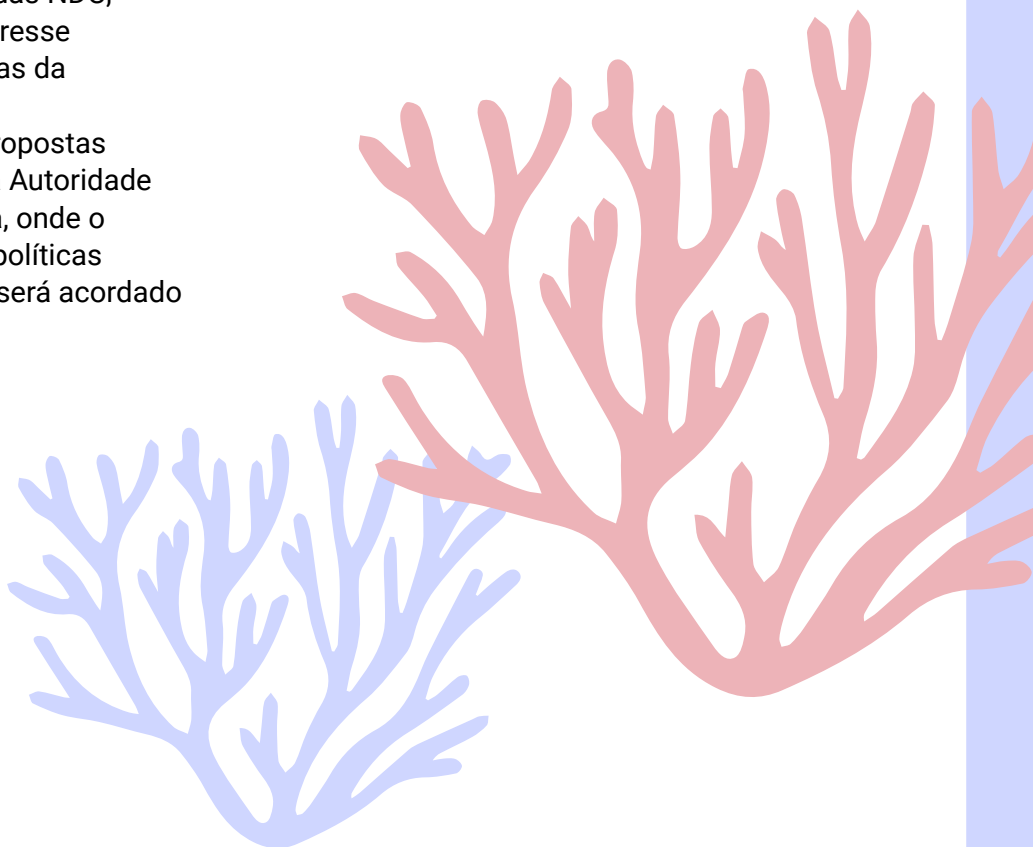
Medidas tomadas:

- Com o apoio do UNICEF, realizamos pesquisas sobre o impacto das mudanças climáticas nas crianças e jovens de nosso país, fornecendo informações que nos permitem identificar temas estratégicos para propostas.
- Nós criamos espaços para desenvolver propostas de atualização das NDC, que incluam temas de interesse e necessidades estratégicas da juventude.
- Nós apresentaremos as propostas durante os diálogos com a Autoridade Plurinacional da Mãe Terra, onde o conteúdo das diretrizes e políticas voltadas para as crianças será acordado para as NDC.



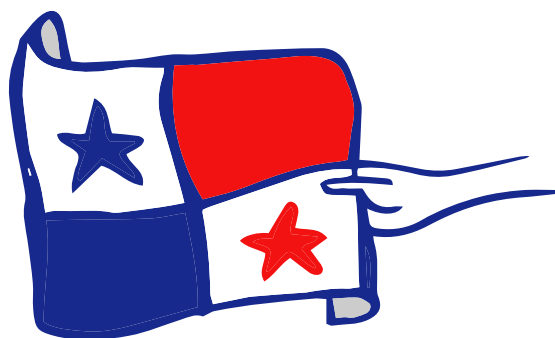
Resultados:

- Todos esses processos participativos da juventude ajudam a identificar e definir indicadores centrados nas crianças a serem incorporados as NDC. Também avançamos na consolidação da Estratégia Nacional de Ação para o Empoderamento Climático (ACE), enfatizando a participação oficial e sustentada de crianças, adolescentes e jovens no planejamento das mudanças climáticas em nosso país.



Inclusão das mudanças climáticas na Constituição do Panamá!

Somos a Rede de Jovens frente às Mudanças Climáticas no Panamá e participamos do processo de revisão constitucional. Esse processo surgiu como parte da chamada pública do Conselho Nacional de Concertação para o Desenvolvimento do Panamá, um espaço de diálogo entre diversos setores. Como parte do processo, um grupo de jovens panamenhos desenvolveu uma proposta transcendental e única no mundo: **incluir a mudança climática no nível constitucional**. A proposta teve como foco a adaptação e mitigação, com ênfase nos sistemas produtivos para o desenvolvimento sustentável no país.



Desafios enfrentados:

- Falta de conhecimento e conceitualização sobre mudanças climáticas, por parte da sociedade em geral incluindo as autoridades).
- Rejeição do processo de reforma constitucional por alguns setores, gerando protestos nacionais que resultaram no cancelamento de todo o processo.
- Estão sendo consideradas opções para reabrir o processo, seja por meio de diálogos abertos e imparciais liderados por organismos internacionais (que servirão como juízes de paz para incluir as ideias na constituição atual) ou por meio de um poder constituinte originário que substituirá completamente a constituição atual elaborado por representantes eleitos pela sociedade.

Medidas tomadas:

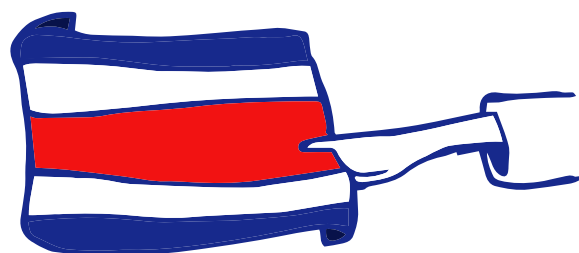
- Nós propusemos o artigo, por meio do qual encontramos nossos primeiros aliados estratégicos: organizações ambientais, povos indígenas e jovens.
- Nós participamos do processo de debate, defendendo nossa proposta de artigo, que foi apoiada por nossos aliados e aceita por unanimidade.
- Divulgamos e sensibilizamos a sociedade sobre a matéria, reunindo com organizações, movimentos e sociedade civil para que pudessem conhecer o processo.
- Participamos no processo próprio de consulta da Assembleia Nacional de Deputados, para apresentar o pacote de reformas à sociedade civil.
- Também apresentamos o artigo a organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, que nos apoiaram.

Resultados

- Mobilização de organizações a favor do artigo sobre mudanças climáticas.
- Aumento da consciência pública em vários ambientes sobre o que é a mudança climática e o que ela significa.
- Criação de alianças estratégicas.
- A aceitação pela sociedade da inclusão das mudanças climáticas em nível constitucional, o que nos incentivará a continuar lutando para torná-las realidade.

Mudança climática como um conceito transversal na Costa Rica

Sou Sara Cognuck González, ativista do clima da Costa Rica, e fui uma das pessoas que liderou o processo de inclusão da ação climática nas Políticas Públicas da Pessoa Jovem 2020-2024. A iniciativa nasceu da necessidade de inserir a ação climática na política governamental para os jovens, dado que somos um dos grupos mais vulneráveis às mudanças climáticas.



Desafios enfrentados

- Equívocos na conceitualização sobre as mudanças climáticas e seus efeitos.
- Jovens de outros setores buscaram excluir as mudanças climáticas das prioridades.

Medidas tomadas

- Incluímos o componente climático nas discussões na estrutura oficial do Sistema Nacional de Juventude.
- Trabalhamos com o Vice-Ministro da Juventude para obter o apoio político necessário.
- Conscientizamos os jovens da Costa Rica sobre o conceito e os efeitos da mudança climática.
- Solicitamos apoio institucional ao Vice-Ministro da Juventude e ao Conselho da Pessoa Jovem (órgão regulador das Políticas Públicas da Juventude) para a incorporação do conceito.
- Solicitamos apoio institucional ao Vice-Ministro da Juventude que permitiu sustentar a incorporação do conceito.

Resultados

- A mudança climática foi incluída na Política Pública da Pessoa Jovem 2020-2024. Também foi incluído com uma abordagem que permite as mudanças climáticas como um componente transversal da Política Pública da Pessoa Jovem 2020-2024.
- Sensibilização dos jovens sobre as mudanças climáticas e a importância da ação climática.
- A partir do trabalho coletivo, demos os primeiros passos para criar a Conferência Local da Juventude (LCOY) da Costa Rica e a Rede de Jovens e Mudanças Climáticas da Costa Rica.

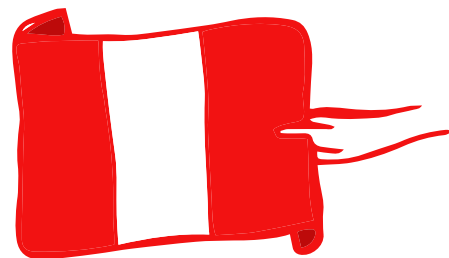


Participação da juventude em espaços de governança climática no Peru

Nós, somos jovens membros do Conselho Consultivo da Criança e do Adolescente e da Secretaria Nacional da Juventude, que, com o apoio do UNICEF Peru, fazemos ouvir nossas vozes, demandas e necessidades para que se reflitam nas políticas climáticas nacionais e subnacionais, incorporando nossos direitos fundamentais e garantindo a participação efetiva nos diversos espaços.

Medidas tomadas

- Desenvolvemos o Encontro Regional com Adolescentes para Ação Climática na região amazônica de Loreto, com o objetivo de conscientizar as autoridades sobre a emergência climática e como ela afeta os direitos dos adolescentes.
- Desenvolvemos um Encontro Nacional de Adolescentes e Jovens: “Vamos dialogar por um Peru que atue contra as mudanças climáticas”, com a ajuda do UNICEF e em colaboração com as entidades estatais competentes.
- Criamos oficinas descentralizadas para fazer ouvir a voz dos jovens nos diferentes espaços e para conseguir uma representação legítima na Comissão Nacional de Mudanças Climáticas e nas Comissões Ambientais Regionais, ambos reconhecidos pela Lei-Marco sobre Mudanças Climáticas.



Desafios enfrentados

- Recursos financeiros limitados nos impediram de mobilizar jovens de regiões mais remotas do país para participarem das assembleias convocadas.
- Dificuldades de diálogo entre os adolescentes e jovens mais velhos: inicialmente foi difícil encontrar pontos em comum, mas acabamos por convergir as nossas opiniões em um único objetivo.

Resultados

- O Ministério do Meio Ambiente desenvolveu uma proposta para incluir dois adolescentes e dois jovens no Comitê Nacional de Mudanças Climáticas como representantes legítimos de diferentes organizações de ativistas climáticos. Isso permitirá que eles defendam e garantam que suas demandas sejam incorporadas na implementação e/ou atualização das NDC.
- Foi aprovado o Regulamento da Lei-Marco das Mudanças Climáticas, com a incorporação e reconhecimento dos jovens como agentes de mudança cuja participação é vital nos diversos mecanismos de coordenação e articulação a nível regional, com o apoio das autoridades competentes.
- Foi formada uma Rede Regional Virtual de Adolescentes pela Ação Climática e um manifesto de crianças e adolescentes para a ação climática na região amazônica de Loreto.
- A Ministra do Meio Ambiente assumiu compromissos como a assinatura da Declaração Interministerial sobre Crianças, Jovens e Ação Climática.



Conferência local de jovens no Equador!

Sou Priscilla Moreno e fiz parte do grupo organizador do LCOY Equador, liderado pela Rede Terra Viva Equador em conjunto com a Frente Nacional Ambientalista, o Parlamento de Juventude de Quito e a Associação Internacional de Estudantes em Ciências Agrárias e afins. A eles juntaram-se 25 organizações parceiras, incluindo universidades, ONGs, coletivos e outros. A Rede Terra Viva Equador desejava realizar uma Cúpula Nacional sobre temas ambientais liderada por jovens, e assim nasceu a iniciativa de organizar a LCOY.



Desafios enfrentados

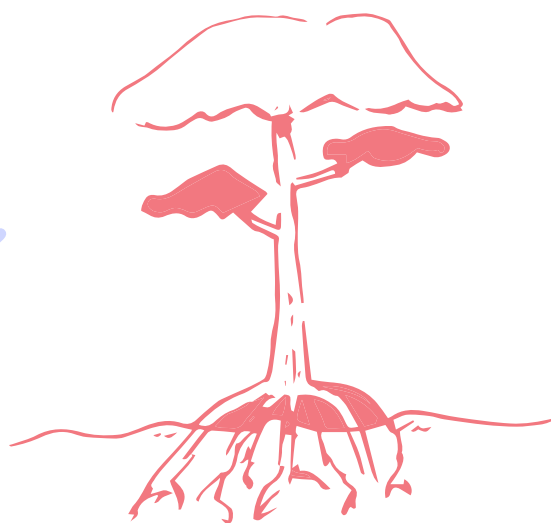
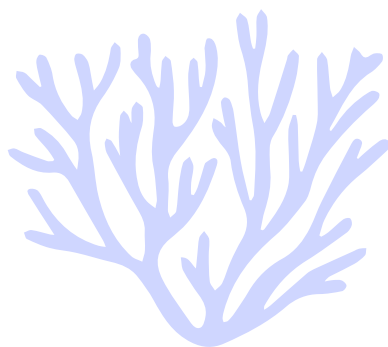
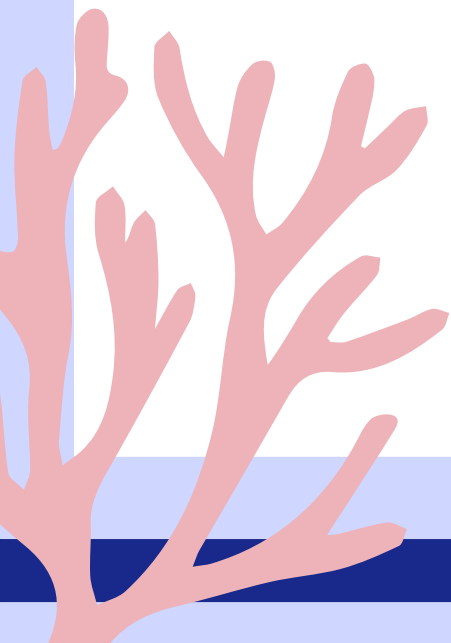
- Inicialmente foi um desafio levantar o dinheiro e as doações necessárias para apoiar todas as áreas da LCOY.
- Foi difícil coordenar toda a logística de trazer jovens de todo o país para Quito.
- Outro desafio foi acompanhar o seguimento das propostas.

Medidas tomadas

- Projetamos e planejamos a LCOY.
- Estabelecemos parcerias com outras organizações de jovens.
- Concluimos o procedimento com a YOUNGO para que a nossa LCOY fosse reconhecida.
- Fizemos solicitações de patrocínio a várias organizações do país.
- Sistematizamos informações para criar uma Declaração.

Resultados

- Conseguimos a participação de 150 jovens ativistas de todo o Equador.
- Elaboramos uma Declaração Final contendo todos os problemas levantados e as soluções propostas por todos os participantes do evento.
- Apresentamos a declaração no COY 2019 e na COP25. Também a apresentamos em uma reunião com representantes do UNICEF e do Ministério do Meio Ambiente.

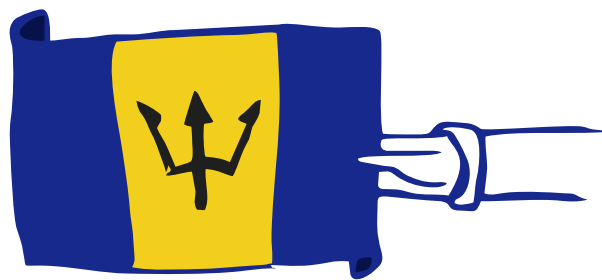


Mobilizar as universidades para agir pela mudança climática no Caribe

Eu sou Kevin Manning, de Barbados, e fiz parte da equipe de coordenação da participação da Universidade das Índias Ocidentais na [campanha HEY](#) regional. Também coordenei a elaboração da "[Declaração dos Estudantes sobre Ação Climática no Caribe](#)", que provou ser um passo importante para que as opiniões e preocupações da juventude caribenha sobre as mudanças climáticas fossem escutadas. A declaração foi redigida em conjunto com a Universidade St. George's e a American University Americana de Barbados, alcançando estudantes de Trinidad e Tobago, Barbados, Jamaica e Granada.

Medidas tomadas

- Criação de um comitê para examinar os principais desafios da juventude caribenha na área de mudança climática.
- Criação de uma rede entre estudantes e organizações, incluindo as três universidades mencionadas.
- Preparação institucional para o compartilhamento da Declaração e o seu conteúdo.

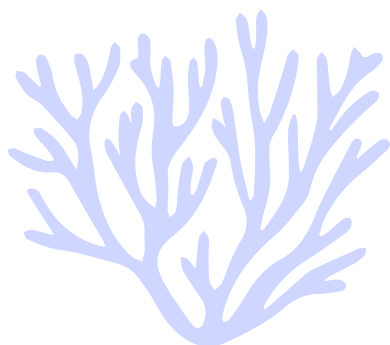


Desafios enfrentados

- Coordenação entre as diferentes pessoas e países reunidos para discutir os desafios que a juventude caribenha enfrenta em torno das mudanças climáticas.
- Poder conciliar as agendas das diferentes organizações.

Resultados

- Expor os estudantes universitários ao processo de elaboração de uma Declaração.
- Oferecer experiência do mundo real para estudantes caribenhos na organização de um movimento regional e global em direção à obtenção de apoio coletivo para a Declaração.
- Através da campanha HEY mais de 100 participantes de todo o mundo foram expostos ao conteúdo da Declaração do Aluno sobre Ação Climática no Caribe. Isso incluiu funcionários das Nações Unidas, autoridades governamentais regionais, organizações não governamentais e sociedade civil.
- Compromisso das universidades da região em criar um plano de ação para assegurar a implementação do conteúdo da Declaração.
- No total, a Declaração foi assinada por 53 representantes.



Governança climática internacional*

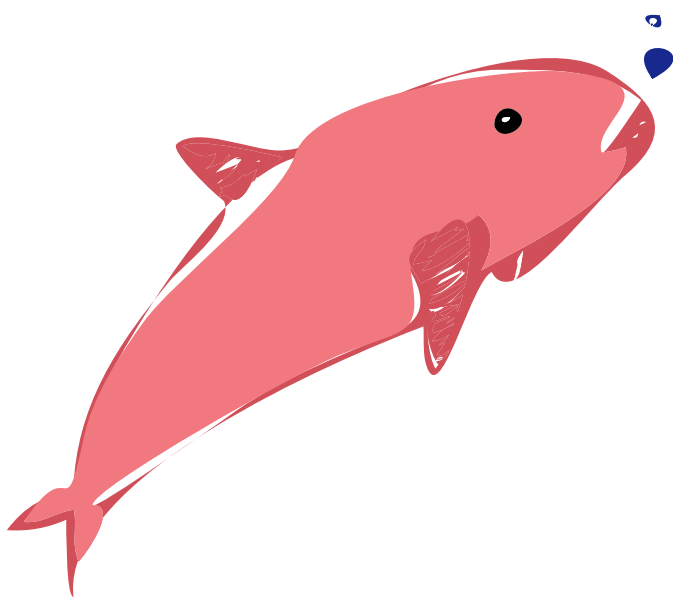
As negociações internacionais sobre o clima são os processos desenvolvidos para criar **acordos entre** países para promover e garantir ações ambiciosas contra as mudanças climáticas e seus efeitos. As negociações no âmbito internacional são importantes porque **estabelecem as diretrizes a serem seguidas em nível global** sob o princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas, visando assegurar o desenvolvimento sustentável.



O princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, é um princípio fundamental da UNFCCC, que reconhece as diferentes capacidades e responsabilidades dos países diante das mudanças climáticas.



O que acontece durante as negociações climáticas tem consequências no presente e no futuro. Por isso, os jovens podem (e devem) opinar nos processos de negociação, compartilhando suas perspectivas e conhecimentos e, bem como participar das discussões sobre os diversos temas. As conferências e reuniões relacionadas com as negociações climáticas possuem certos mecanismos que regulam a participação e é importante entendê-los. Nesta seção, você aprenderá sobre esse processo e como se envolver.



* Esta seção do caderno se baseia em: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Guia de apoio para negociadores iberoamericanos, NU, Panamá, 2019, <www.latinamerica.undp.org/content/rblac/es/home/library/environment_energy/guiade-apoyo-para-negociadores-iberoamericanos-hacia-la-impl.html>, acesso em 19 de junho de 2020.

O processo de negociação

Os processos de tomada de decisão das negociações climáticas da UNFCCC reúnem atores locais, nacionais e internacionais. Durante as cúpulas do clima e atividades relacionadas participam atores de governos locais, ONGs internacionais ou nacionais, organizações internacionais, o setor privado nacional ou transnacional e organizações que representam a infância e juventude.

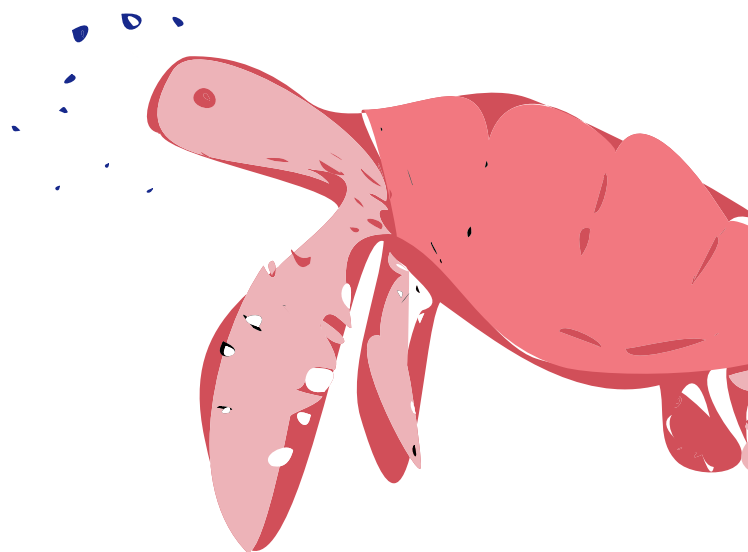
Esses atores ou grupos que os representam, podem participar de discussões paralelas e conferências, solicitar reuniões bilaterais, intervir durante as sessões plenárias ou durante as reuniões dos órgãos da Convenção junto com as delegações dos países. Nesses espaços, atores de diferentes áreas de influência se misturam, como indústria, instituições acadêmicas, agricultura ou biodiversidade. Eles também podem desenvolver suas ações em nível internacional, nacional ou local para reforçar a natureza multinível da governança climática.



Embora as delegações oficiais de cada país tenham o poder de tomar decisões nas negociações climáticas da UNFCCC, intercâmbios com os diferentes atores são fundamentais para influenciar e avançar no processo de tomada de decisão.

Você já sabe que as negociações climáticas acontecem na UNFCCC². Agora vamos conhecer sua estrutura e seus membros e participantes, sob os seguintes títulos:

- 1 começaremos com os **órgãos e instituições**,
- 2 seguimos com os **participantes**,
- 3 finalizamos com os **grupos de negociação**.



² Nações Unidas, 'Partes', UN, s.d., <<https://unfccc.int/process-and-meetings>>, acessado em 30 de junho de 2020.

Orgãos e instituições



Conferência das Partes da UNFCCC: é formada por todos os países que fazem parte da UNFCCC. É o órgão supremo que regula a implementação da Convenção e de quaisquer instrumentos relacionados.

Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes do Acordo de Paris (CMA)³: é formada por todos os países que assinaram o Acordo de Paris. Os países que fazem parte da UNFCCC, **mas não assinaram** o Acordo de Paris, podem participar como observadores. O papel da conferência é monitorar a implementação do Acordo de Paris e tomar decisões para promover sua implementação.

Bureau: é composto por representantes dos países designados pelas cinco regiões. Ele fornece aconselhamento e orientação sobre o trabalho da UNFCCC e do Acordo de Paris.

Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico (SBSTA): aconselha em assuntos de ciência do clima, meio ambiente e tecnologia. Adota conclusões que são submetidas à reunião dos países.

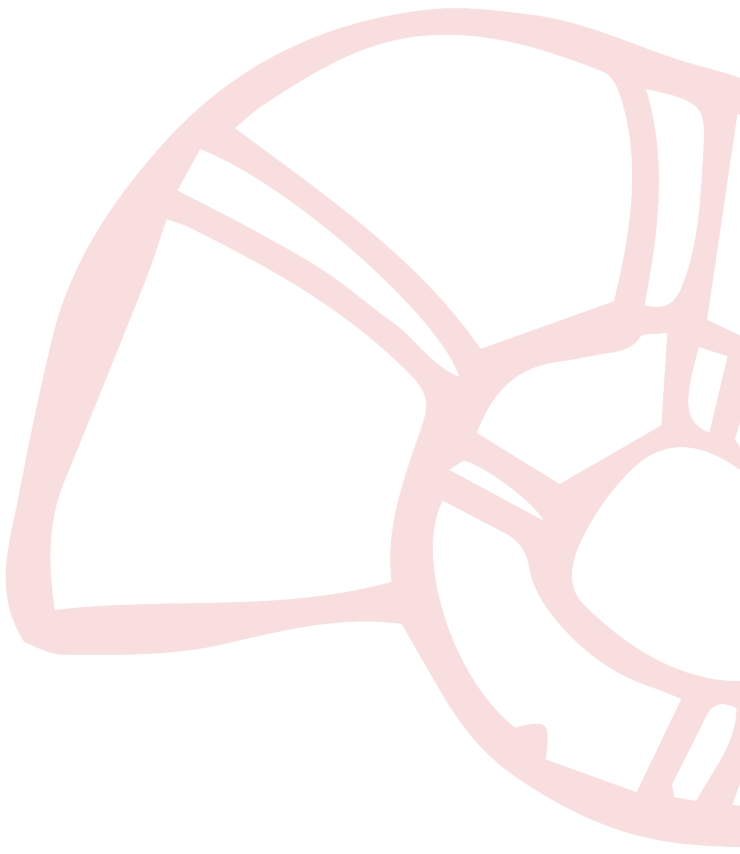
Órgão Subsidiário de Implementação (SBI): apoia a implementação da UNFCCC e dos acordos celebrados sob ela. Adota conclusões que são submetidas à reunião dos países.

Secretariado da UNFCCC: este é o principal fornecedor de suporte técnico e administrativo para a UNFCCC.

Órgãos constituídos: estes foram formados no âmbito da UNFCCC, do Protocolo de Kyoto e do Acordo de Paris. Eles tem por objetivo promover e facilitar o diálogo sobre diferentes temas e facilitar a implementação de ferramentas. Esses órgãos constituídos incluem:

- Comitê de Adaptação (AC).
- Comitê Permanente de Finanças (SCF).
- Comitê Executivo do Mecanismo Internacional de Varsóvia para Perdas e Danos (WIM excom).
- Grupo de Trabalho Facilitador da Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas (LCIPP).
- Comitê de Paris sobre Construção de Capacidades (PCCB).
- Comitê Executivo de Tecnologia (TEC).
- Centro e Rede de Tecnologia do Clima (CTCN).
- Conselho do Fundo de Adaptação.
- Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (CDM EB).
- Comitê de Compliance
- Grupo Consultivo de Especialistas (CGE).
- Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF).
- Comitê de Supervisão de Implementação Conjunta (JISC).
- Fundo Verde para o Clima (GCF).

³Nações Unidas, 'Capítulo, XXVII Meio Ambiente. 7. d Acordo de Paris', UN, 2016, <https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=XXVII-7-d&chapter=27&clang=_en>, acessado em 20 de junho de 2020.

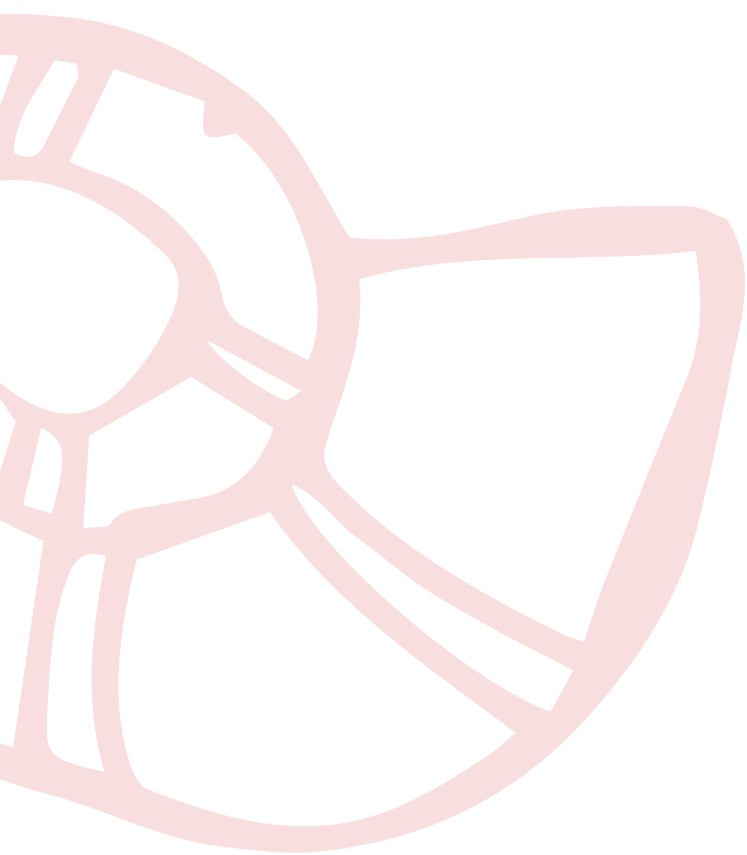


Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC): é formado por cientistas e especialistas de todo o mundo em questões relacionadas às mudanças climáticas. O IPCC não faz parte da UNFCCC, **ele fornece informações científicas aos países** para fortalecer a resposta global às mudanças climáticas.

Está estruturado em três grupos de trabalho:

- Grupo I: a ciência das mudanças climáticas.
- Grupo II: impactos, adaptação e vulnerabilidade.
- Grupo III: mitigação das mudanças climáticas

Possui também uma equipe especial responsável pelos inventários de GEE.



Mecanismos financeiros: a assistência financeira está disponível de países com mais recursos para países com menos recursos e aqueles que são mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas. Para facilitar isso, a UNFCCC estabeleceu um Mecanismo Financeiro que também é uma resposta ao financiamento estabelecido pelo Acordo de Paris. Esses mecanismos são implementados ou supervisionados por órgãos constituídos como o Comitê Permanente de Finanças (SCF), o Conselho do Fundo de Adaptação, o Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF) e o Fundo Verde para o Clima (GCF).

Participantes

As negociações climáticas envolvem diferentes participantes com diferentes papéis. Vamos conhecê-los.

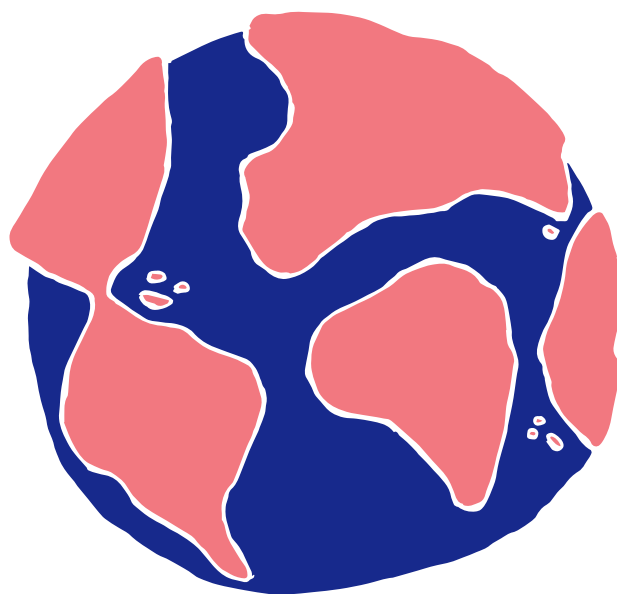
Países: na UNFCCC, **uma Parte é um país.**

Todos os países podem participar das negociações climáticas. Os países que assinaram e depositaram o documento oficial da UNFCCC somente intervêm nas decisões ou acordos após terem realizado o processo de ratificação correspondente. Os países que não o fizeram só podem participar como observadores.

Os países se reúnem por meio da Conferência das Partes (COP, sigla em inglês). Eles são divididos em cinco grupos regionais:

- África
- Ásia
- Europa Central e Oriental
- América Latina e Caribe
- Europa Ocidental junto com outros países (Austrália, Canadá, Islândia, Nova Zelândia, Noruega, Suíça e Estados Unidos)

Esses grupos não funcionam como grupos de negociação, mas são usados para eleger o Presidente e o Bureau para cada sessão da COP. O presidente geralmente coincide com o rodízio regional. Essa rotação é importante porque os países concordam com um país de sua região para sediar a COP e eleger um presidente desse mesmo país para facilitar a sessão. As sessões do COP são alternadas por região para garantir maior representatividade e participação.



Observadores: há vários grupos de observadores que assistem as negociações, mas não podem votar ou contestar os procedimentos. Esta categoria inclui:

- as pessoas que fazem parte da Secretaria-Geral
- agências das Nações Unidas
- organizações intergovernamentais
- organizações não governamentais

Para que as ONGs sejam admitidas a uma negociação como observador, elas devem apresentar sua solicitação à COP pertinente. Eles devem preencher um **formulário** com os dados de contato da organização e expressar se desejam ingressar em um grupo constituinte.

As ONGs admitidas são agrupadas de acordo com interesses e perspectivas em **constituíntes**. Atualmente, as constituíntes incluem 90 por cento das ONGs admitidas na Convenção. Cada um desses grupos tem um ponto focal que interagem com o Secretariado da Convenção.

Os constituintes são os seguintes:

-  ONGs empresariais e industriais (BINGO)
-  ONGs ambientais (ENGO)
-  Governo local e autoridades municipais (LGMA)
-  Organizações de povos indígenas (IPO)
-  Pesquisa e ONGs independentes (RINGO)
-  ONGs sindicais (TUNGO)
-  Grupos relacionados com temas de Mulheres e Gênero (WGC)
-  ONGs juventude (YOUNGO)
-  Grupos relacionados com a agricultura



Se sua organização for admitida pela COP, não hesite em entrar em contato com os pontos focais do grupo constituinte, cujos detalhes de contato estão disponíveis no site da [UNFCCC](https://unfccc.int).

Não é obrigatório que as ONGs ingressem em um grupo constituinte, mas torna a participação mais eficaz. As ONGs podem participar dos seguintes espaços de negociação:

- Desenvolvimento de declarações e intervenções dos grupos nas instâncias de negociação.
- Reuniões, quando os termos de referência permitem a participação de observadores.
- Eventos paralelos e exposições.
- Fornecimento de contribuições por escrito sobre seus pontos de vista e informações sobre vários temas em processo de negociação.



Você tem o direito de participar das decisões relativas à ação climática. Como jovem, você pode se somar em negociações internacionais por meio da delegação oficial do seu país, ingressar nas ONGs admitidas na UNFCCC ou participar por meio do **YOUNGO**, que é o grupo oficial de representação da juventude na UNFCCC.



Jornalistas credenciados podem participar das negociações como observadores. O número de vagas cedidas à imprensa depende dos assuntos que estão sendo discutidos nas negociações e de sua relevância. A Secretaria tem incentivado jornalistas de países em desenvolvimento a participarem de sessões de negociação para promover a cobertura da mídia nesses países, onde a conscientização sobre o processo de mudança climática costuma ser baixa.



Atores não estatais: para fortalecer os processos, os atores não estatais podem participar dos espaços de diálogo da UNFCCC. Estes atores não estatais incluem a sociedade civil, o setor privado, instituições financeiras, cidades e outras autoridades subnacionais, comunidades locais e povos indígenas.

Grupos de negociação

Nas negociações internacionais, os países historicamente se organizaram em coalizões ou blocos de negociação para alinhar suas posições e viabilizar o processo, uma vez que deve haver consenso entre todos os países para que se chegue a um acordo.

Os blocos são organizados de acordo com a afinidade e posições em questões específicas, coalizões baseadas no poder ou grupos institucionais ou políticos. Existem os seguintes grupos:

1 Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América [Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América - ALBA]

- Bolívia, Cuba, Equador, Nicarágua e Venezuela.

2 Alliance of Small Island States (AOSIS) [Aliança dos Pequenos Estados Insulares]

- É uma coalizão de 40 ilhas, a maioria do G-77 e eles são muito vulneráveis ao aumento do nível do mar.

3 Alianza Independiente de América Latina y el Caribe [Aliança Independente da América Latina e Caribe - AILAC]

- Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai e Peru.

4 G-77-China

- Países em desenvolvimento e a China.

5 Grupo Africano

- Um subgrupo dentro do G-77 consistindo de 53 países africanos.

6 Grupo BASIC

- Composto por países emergentes: Brasil, África do Sul, Índia e China.

7 Grupo CACAM

- Composto por um grupo de países da Ásia Central, Cáucaso, Albânia e Moldávia.

8 Grupo de Afinidade sobre Mudanças Climáticas de Países em Desenvolvimento (LMDC)

- Argélia, Bangladesh, Bolívia, China, Cuba, Equador, Egito, El Salvador, Índia, Indonésia, Irã, Iraque, Jordânia, Kuwait, Malásia, Mali, Nicarágua, Paquistão, Arábia Saudita, Sri Lanka, Sudão, República Árabe Síria, Venezuela e Vietnã.

9 Grupo de Estados Árabes

- Arábia Saudita, Argélia, Bahrein, Comores, Djibouti, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Marrocos, Mauritânia, Omã, Palestina, Qatar, Somália, Sudão, Síria, Tunísia e Iêmen.

10 Grupo de Integridade Ambiental (EIG)

- México, Liechtenstein, Mônaco, República da Coreia, Suíça e Geórgia.

11 Grupo Guarda-chuva

- Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Japão, Ucrânia, Rússia, Cazaquistão.

12 Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)

- Angola, Arábia Saudita, Argélia, Emirados Árabes Unidos, Gabão, Guiné Equatorial, Irã, Iraque, Kuwait, Líbia, Nigéria, República do Congo e Venezuela.

13 Países Menos Desenvolvidos

- É um subgrupo dentro do Grupo dos 77 (G77) formado pelos 48 países menos desenvolvidos, conforme classificado pela Nações Unidas.

14 Sistema de Integração Centro-Americana (SICA)

- Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá.

15 União Europeia (UE)

- Os 27 países da UE.

Esses são os grupos que historicamente participam das negociações climáticas internacionais. Um país pode ser membro de um ou mais grupos de negociação. Também existem outros grupos surgem à medida que as negociações avançam.

Sugerimos que você investigue as **plataformas digitais interativas** que são atualizadas regularmente e mostre a dinâmica entre os diferentes grupos.

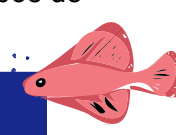
Espaços de incidência e negociação

As negociações climáticas internacionais e a incidência ocorrem em diferentes espaços no âmbito da UNFCCC e podem ser formais ou informais. Existem também outros espaços relacionados que influenciam a tomada de decisão. Você pode causar impacto nos seguintes espaços, vamos conhecer:

 **Plenárias:** as negociações formais ocorrem nas sessões plenárias da COP e nos Acordos da UNFCCC (por exemplo, no CMA). Também acontecem nas reuniões plenárias dos órgãos subsidiários. Durante as negociações formais, **as posições que foram informalmente determinadas e negociadas são consolidadas**. Serviços de interpretação simultânea são fornecidos para que as negociações possam ser seguidas em todos os idiomas. Todos os países e representações podem participar. Observadores credenciados e a imprensa também podem participar, se o Presidente do COP permitir.

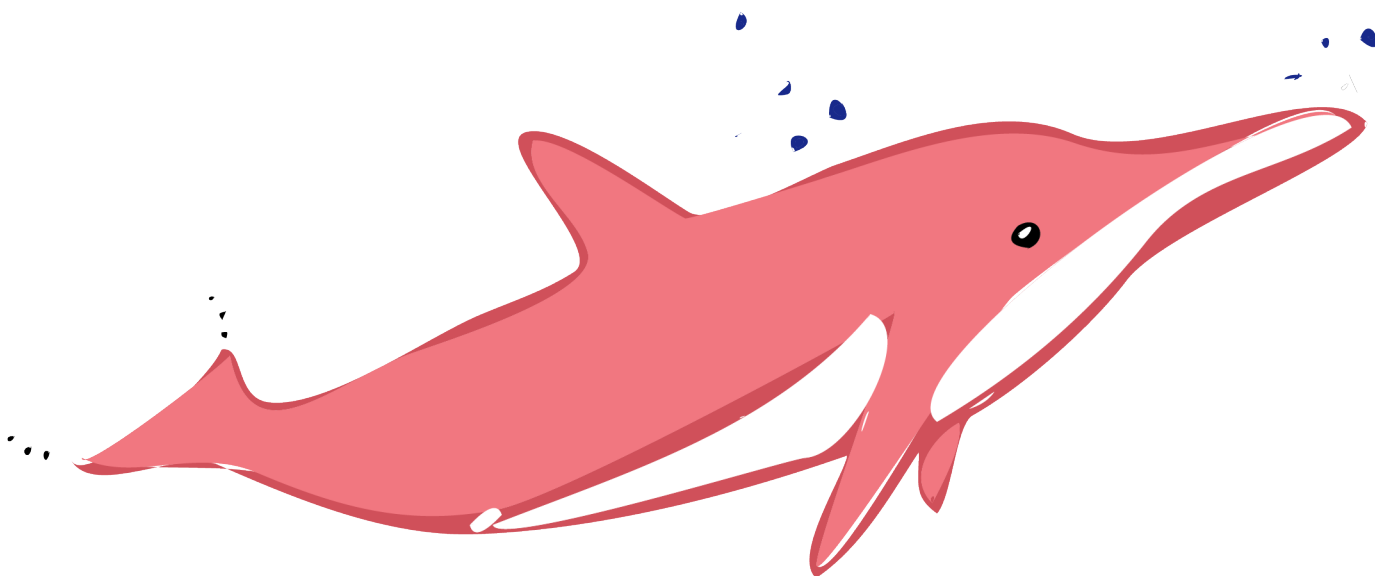
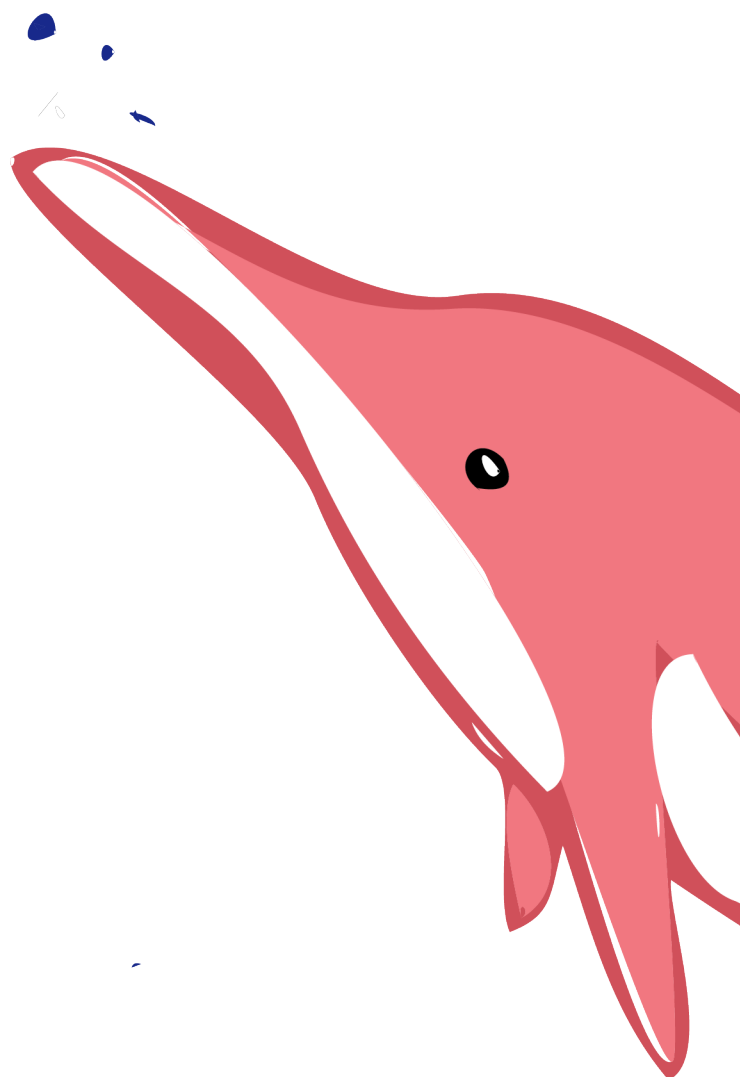
 **Grupos informais:** o objetivo deles é chegar a um consenso sobre as diferentes temáticas antes das sessões formais. As sessões informais têm menos observadores e são realizadas em salas pequenas. Os observadores podem assistir, a menos que o anfitrião ou moderador peça que eles se retirem. As sessões são geralmente em inglês e acontecem ao mesmo tempo que outras sessões semelhantes, de modo que nem todas as delegações podem comparecer a todas. Por ser assim, as partes ausentes são excluídas de algumas decisões tomadas.

As sessões informais são organizadas pelo Presidente da COP ou pelo Presidente dos órgãos de apoio. Existem diferentes tipos de grupos informais:

- 
- **Grupos de contato:** são convocados pela COP ou pelos órgãos subsidiários de apoio.
 - **Grupos de contatos conjuntos:** são grupos de contatos que se reúnem.
 - **Grupos de redação:** são constituídos por delegados que se oferecem ou se convocam para ajudar na redação do texto a ser discutido.
 - **Amigos da presidência:** o presidente pode convidar um grupo de negociadores de destaque para ajudar a alcançar um consenso informal sobre certas questões.
 - **Segmento de alto nível:** são os segmentos que se formam nas instâncias máximas de decisão e oferecem suporte aos líderes políticos de cada país, que se reúnem e dão o apoio político necessário para alcançar os acordos.

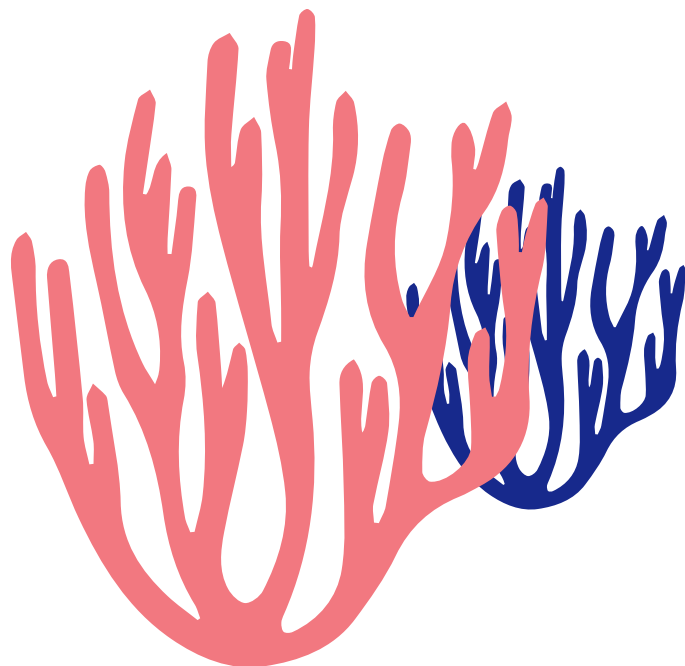
Outros espaços de incidência e negociação

-  **Barras laterais:** em algumas ocasiões, as negociações acontecem informalmente em cafés, jantares ou recepções organizadas por governos chaves.
-  **Reuniões bilaterais:** o objetivo deste tipo de negociação funciona para entender a posição de um país e o andamento de uma negociação.
-  **Eventos paralelos e exposições:** tem por propósito beneficiar as pessoas que frequentam os espaços da COP ou de órgãos subsidiários, com informações e debates sobre assuntos relacionados aos temas de suas próprias negociações. Há também eventos externos e conferências que acontecem antes do COP, como a Conferência de Juventude (COY) organizado pela YOUNGO.
-  **Coletivas de imprensa:** os países podem apresentar informes sobre as negociações em andamento. Os informes devem apresentar a posição do país ou grupo de negociação, deve ser de fácil compreensão e incluir um relato de como as negociações podem afetar a vida das pessoas em cada país ou países. Essas reportagens da imprensa servem para avançar ou bloquear os temas relevantes.

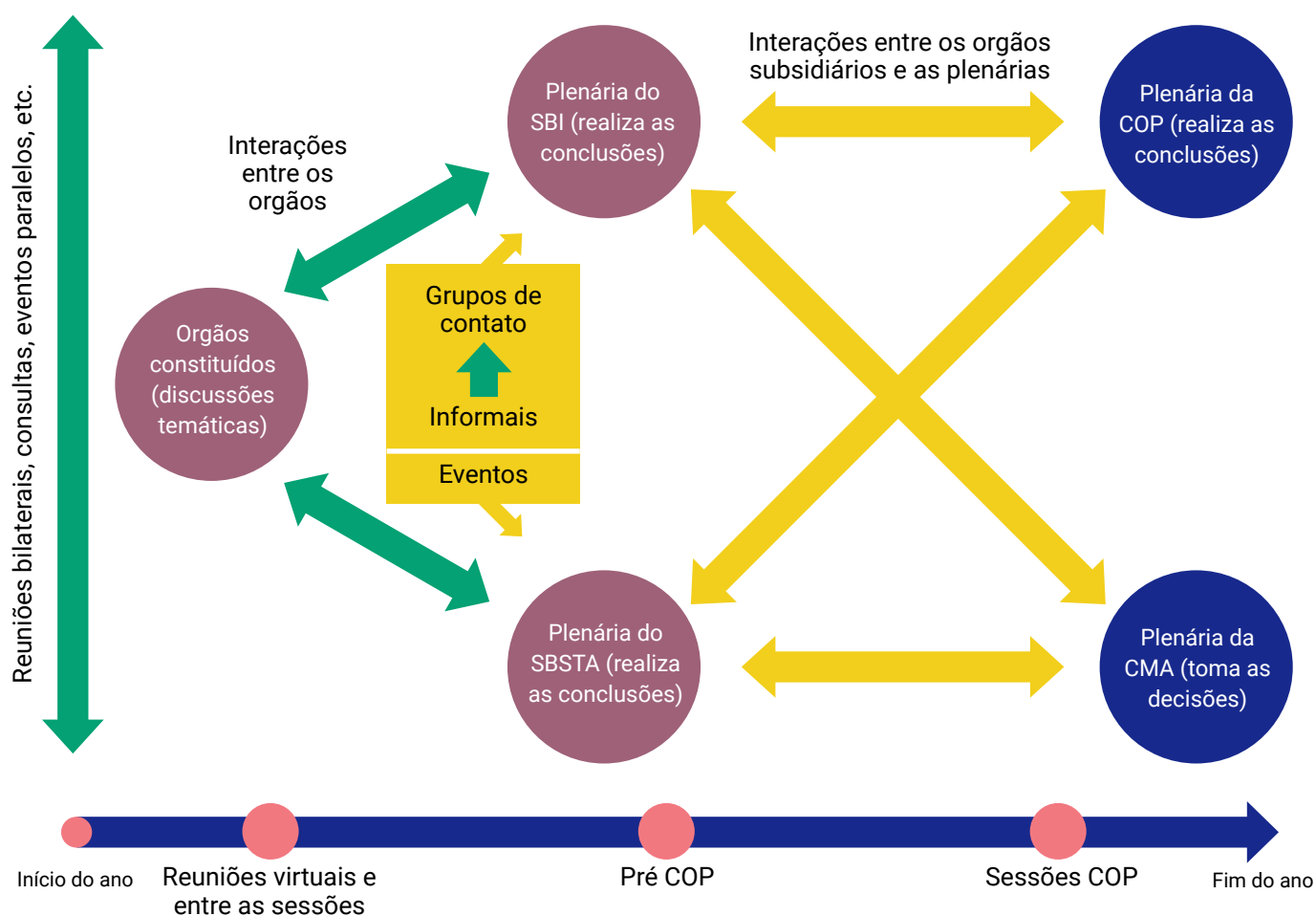


O processo de negociação

Até agora explicamos as instituições que compõem a UNFCCC e que são necessárias para que os países cheguem a acordos e que esses acordos sejam implementados. Também mostramos quais atores participam e influenciam as negociações, assim como os espaços de negociação formal e informal onde você pode incidir. Agora, vamos analisar de forma ampla o processo de negociação. **É importante saber que as negociações internacionais sobre mudanças climáticas são um processo que se desenvolve durante todo o ano e que culmina na COP.**



Desenvolvimento das negociações⁴



⁴Instituto Internacional para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, 'Q&A: Key decisions needed at COP22', IIED, 2016, <www.iied.org/qa-key-decisionsneeded-cop22>, acessado em 25 de junho de 2020.

 Órgãos subsidiários e grupos de trabalho dentro do IPCC realizam reuniões para discutir e debater sobre temas que se enquadram em sua área de atuação e assim, gerar conclusões que serão levadas aos países na COP.

 Os órgãos constituídos (criados no âmbito da UNFCCC ou dos acordos adotados) se reúnem para avançar nas questões correspondentes e chegar a um consenso entre os diferentes países. Os grupos responsáveis pelas negociações também se reúnem para discutir posicionamentos e desenvolver posições conjuntas.

 Antes da COP, é realizada a Reunião Preparatória da Conferência das Partes (Pré-COP). Nesse espaço, os países começam a preparar os acordos a serem apresentados na COP e buscam chegar a um consenso. Durante o Pré-COP, algumas posições políticas tornam-se evidentes sobre as diferentes temas.

 No final do ano, ocorre o COP, iniciando-se com uma sessão plenária onde é aprovada a agenda da reunião. Essa agenda inclui as conclusões dos órgãos de apoio e do IPCC.

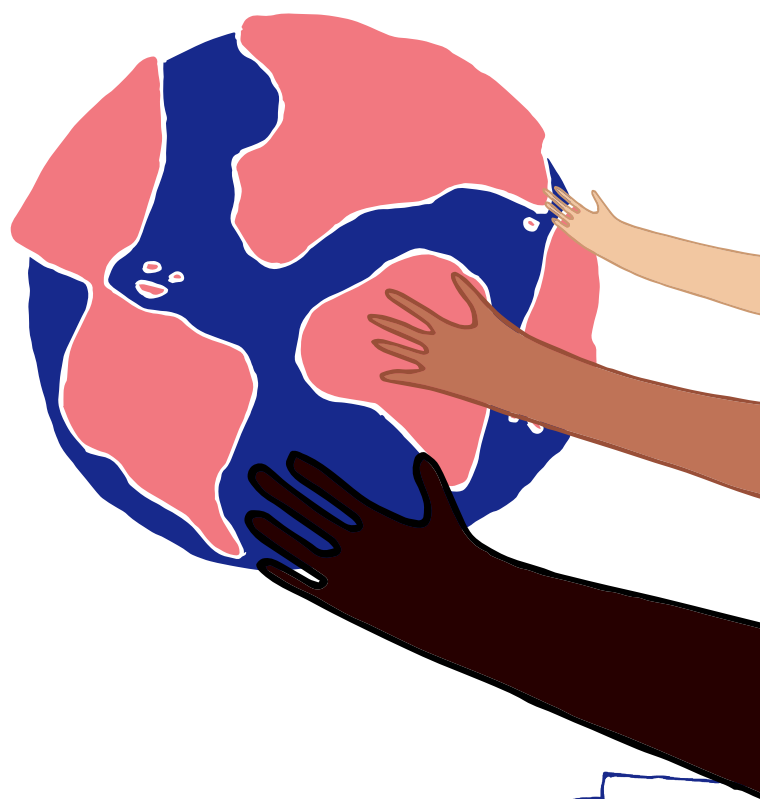
 O trabalho passa então para as plenárias dos órgãos subsidiários e para os grupos de trabalho formados. Dependendo dos temas incluídos na agenda, grupos informais podem ser convocados para buscar consenso entre os países sobre esses temas.

 A Presidência das negociações pode decidir quando iniciar a redação do texto de negociação, que pode servir de base para as negociações. Isso é feito quando eles recebem propostas suficientes dos países. A Presidência poderá realizar consultas informais com os blocos de negociação, com o objetivo de identificar temas de interesse e encontrar um terreno comum entre as diversas posições. Da mesma forma, a Presidência também poderá apresentar propostas quando considerar que os países estão dispostos a se comprometer e concordar com um texto.

 Quando os grupos informais chegam a um acordo sobre o texto, encaminham o documento aos órgãos de apoio e aos grupos de trabalho para que o apresentem na respectiva plenária. Se os grupos informais não chegarem a um acordo, eles continuam negociando. A Presidência pode convocar um pequeno grupo de negociadores, como os chamados “Amigos do Presidente”, para superar um ponto de conflito e chegar a um consenso. Na plenária final, são aprovadas as decisões previamente acordadas.



Os ativistas estão frequentemente envolvidos na prestação de contas sobre o funcionamento dos órgãos e grupos de trabalho da UNFCCC e pelos acordos adotados (como o Acordo de Paris).



Temas-chave nas negociações internacionais sobre mudanças climáticas

Os temas das negociações internacionais sobre mudanças climáticas estão relacionadas à estrutura e funcionamento da UNFCCC e à implementação dos acordos adotados pelos países da Convenção. Do mesmo modo, ocorrem negociações sobre temas transversais, como a diferenciação da ação climática entre os países e a necessidade de ser mais ambicioso em relação à ação climática.

Os principais problemas são:

Mitigação: as negociações focam nos esforços para reduzir as emissões de GEE e aumentar sumidouros ou áreas naturais de captação de GEE.

Adaptação: a adaptação às mudanças climáticas é discutida com foco em como e quanto o clima mudará e quais as necessidades e custos de adaptação. Ademais, inclui os meios de adaptação, avaliação de impactos e vulnerabilidades, bem como questões de financiamento.

Perdas e danos: nenhuma definição oficial foi estabelecida para perdas e danos, mas é comumente descrito como os efeitos negativos da mudança climática e da variabilidade dos quais as pessoas não foram incapazes de lidar ou se adaptar. As discussões dizem respeito às estratégias de redução de desastres e aos meios ou mecanismos que podem ser implementados para lidar com as perdas e danos, considerando que é um tema que conta com diferentes abordagens e enfoques. Uma questão polêmica é a “compensação” por perdas e danos. Apesar dos esforços para estabelecer diferentes parcelas de responsabilidade pelos impactos, os países industrializados afirmam que essas parcelas são difíceis de atribuir.

Financiamento: as negociações são baseadas em mecanismos de financiamento e no monitoramento dos apoios financeiros concedidos e recebidos. Existe controvérsia sobre a definição de “países particularmente vulneráveis”, porque são países que devem ter preferência na alocação de recursos do fundo climático.

Transparência: a transparência tem sido uma questão transversal nas negociações internacionais sobre mudanças climáticas desde o seu início (quando se criou a UNFCCC). Através da transparência é possível o monitoramento, relatórios e verificação das ações. Sem ele, não se pode dar seguimento à implementação das ações. Todo o esforço colectivo depende de uma transparência robusta.

Desenvolvimento e transferência de tecnologia: os países discutem medidas para promover, facilitar e financiar a transferência de tecnologias e conhecimentos práticos apropriados (ou o acesso a eles) para os países em desenvolvimento. Eles também discutem a cooperação para o desenvolvimento e a aplicação de tecnologias, práticas e processos que podem ajudar a mitigar as emissões de GEE ocasionadas pelo homem.

Durante as negociações também estão incluídos as questões das barreiras existentes na implementação de tecnologia, como direitos de propriedade intelectual. Até o momento, algumas tecnologias de baixo carbono têm custos elevados e é difícil obter financiamento para novas tecnologias.

Ação para o empoderamento climático (ACE): também são discutidas nas negociações questões de educação, formação e conscientização pública, que são áreas prioritárias para a ACE. Também incluem o acesso a informações sobre mudanças climáticas e cooperação internacional para gerar materiais, informações e ações a fim de promover o empoderamento climático.

Gênero: os países reconheceram a importância de envolver mulheres e homens igualmente nos processos da UNFCCC e no desenvolvimento e implementação de políticas climáticas nacionais sensíveis às questões de gênero, razão pela qual, foi aprovado o Plano de Ação de Gênero. Os países também analisam o progresso nas metas de igualdade de gênero e na implementação de uma política climática com perspectiva de gênero.

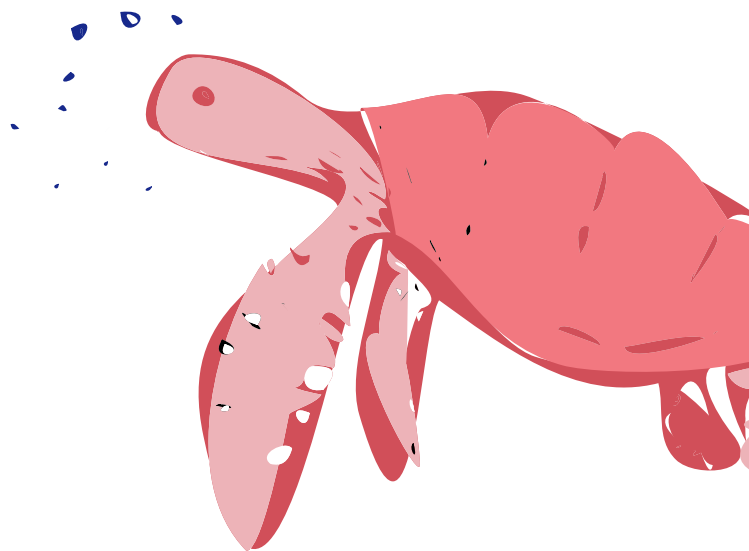
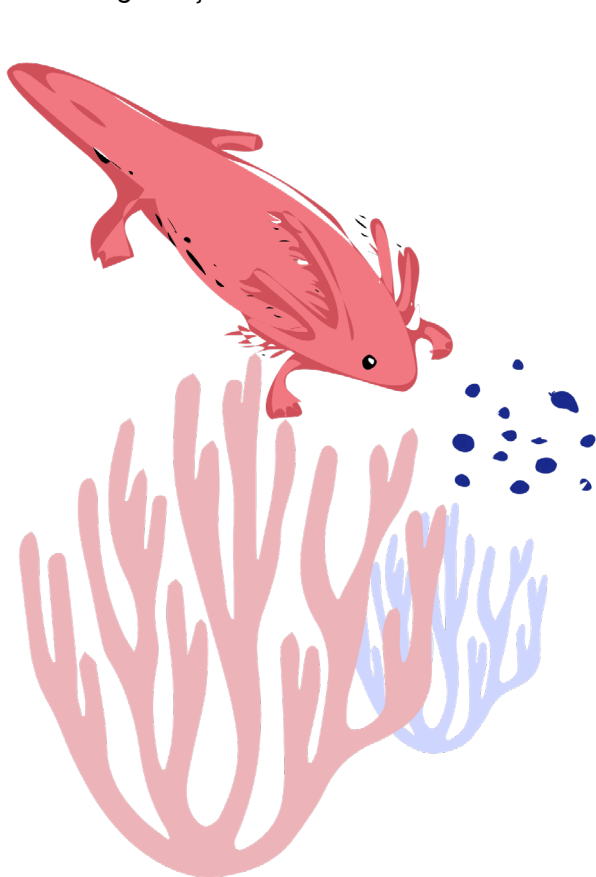
Povos indígenas: as negociações incluem a necessidade de fortalecer o conhecimento, as tecnologias, as práticas e os esforços das comunidades locais e dos povos indígenas em relação à abordagem e resposta às mudanças climáticas. A Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas foi estabelecida para a troca de experiências e boas práticas de mitigação e adaptação, como forma de apoiar o processo de negociação.

Agricultura: as negociações incluem questões relacionadas à agricultura por meio de workshops, reuniões de especialistas e o trabalho com órgãos de apoio da UNFCCC, que consideram as vulnerabilidades da agricultura às mudanças climáticas e abordagens para combater a insegurança alimentar.

Implementação cooperativa: os países podem optar por cooperar voluntariamente para apoiar a implementação das NDC, com o objetivo de tornar a ação climática mais ambiciosa. As negociações são baseadas em abordagens e mecanismos cooperativos que os países podem implementar, inclusive estão incluídos no Acordo de Paris (Artigo 6).

Capacitação: a capacitação é fundamental para alcançar os objetivos da UNFCCC e do Acordo de Paris. Os países discutem maneiras pelas quais essa capacidade pode ser construída em cada país por meio da cooperação internacional.

Ciência: a interação efetiva entre ciência e política climática é importante para o avançar nas negociações climáticas, visto que as observações científicas, pesquisas e avaliações continuam a informar o regime climático internacional.



Se inspire!

Experiências de participação juvenil á nível internacional

A constituinte oficial de juventude na UNFCCC

YOUNGO (Youth NGO, sigla em inglês) é a representação oficial de juventude nos processos de mudança climática na UNFCCC. A YOUNGO começou como uma iniciativa organizada de jovens que frequentavam as COPs e que não encontravam espaço de representação nas negociações climáticas de 2009. Como resultado, antes da COP11 em Montreal, a juventude se reuniu na primeira Conferência de Juventude (COY) e iniciaram o processo de tornar-se um espaço oficial dedicado aos jovens nos eventos da UNFCCC. YOUNGO foi oficialmente reconhecida em 2011.



Desafios enfrentados

- A participação inclusiva de jovens do Sul Global nas negociações.
- A inclusão da contribuição dos jovens nas decisões finais.
- Barreiras de idioma e conectividade.

Medidas tomadas

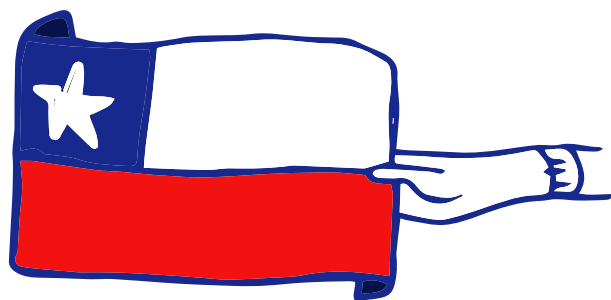
- Realizamos a COY no país anfitrião da COP todos os anos para empoderar crianças e jovens em todo o mundo a tomar ações pelo clima.
- Durante a COP, YOUNGO faz intervenções nas plenárias e nas sessões de negociação; organiza e participa de eventos paralelos com países e actores não-estatais, e defende nas reuniões de negociação.
- Ao longo do ano, participa de eventos e organiza webinars para desenvolvimento de habilidades.

Resultados

- Capacitamos quase 30.000 jovens desde 2009 de mais de 130 nacionalidades.
- O livro de Regras de Katowice, que reconhece o papel fundamental que os jovens desempenham na implementação do Ação para o Empoderamento Climático (ACE) e a participação do YOUNGO no Fórum de Jovens ACE.
- Ser consultados em vários processos de tomada de decisão afim de posicionar a Agenda da juventude em temas relacionados às mudanças climáticas.

Negociadores Jovens do Chile!

Somos Juanjo e Bernardita, dois jovens chilenos dedicados à ação climática. Fomos selecionados para participar da COP25 como os primeiros Negociadores Jovens do Chile. A iniciativa foi surgiu para fortalecer e formalizar a participação de jovens nos processos de negociação climática e foi conduzida pelo grupo de trabalho da Conferência de Mundial de Juventude pelas Mudanças Climáticas (COY15), na qual ambos fomos coordenadores. Também contou com o apoio de representantes do YOUNGO e da delegação chilena, especialmente o Presidente da COP25.



Desafios enfrentados

- Construir confiança e mostrar nossas habilidades, bem como o alcance do trabalho que os jovens estão fazendo.
- Articular os diferentes movimentos existentes e abrir espaços formais de participação e tomada de decisão nas negociações internacionais.
- A falta de participação em edições anteriores se apresentou como um desafio, pois em alguns momentos parecia que não conhecíamos os processos. No entanto, ao mesmo tempo, representou uma oportunidade única de reverter essa situação e posicionar a juventude.

Resultados

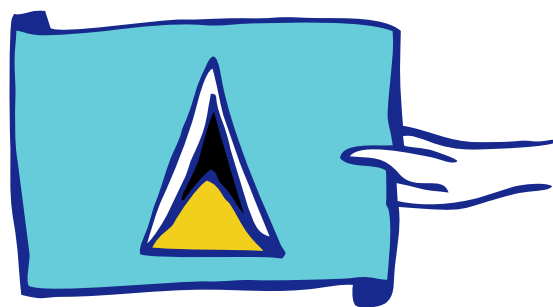
- Dois jovens negociadores (um homem e uma mulher) foram incluídos na delegação de negociação chilena.
- Jovens chilenos participaram da delegação oficial na COP25.
- A construção de um processo de capacitação e treinamento para jovens negociadores da América Latina e do Caribe.
- A construção da Escola de Jovens Negociadores para os jovens que futuramente possam exercer essa função na delegação chilena.

Medidas tomadas

- Manutenção de diálogos com a juventude e a Presidência da COP25 para demonstrar inquietudes sobre a participação.
- Fizemos um trabalho de comunicação e levantamento de propostas com organizações das Nações Unidas, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), bem como com delegações e representantes, com apoio especial da União Europeia.
- Avançamos na participação efetiva do Grupo de Trabalho da COY15 nos eventos da agenda climática de 2019, levantando preocupações nos diferentes espaços.
- Estabelecemos sinergias e colaborações para estabelecer projectos conjuntos.
- Organizamos tudo o que aprendemos para institucionalizar a figura do Negociador Jovem na delegação de juventude.
- Criamos uma proposta a respeito de um curso de Negociadores Jovens para toda a região da América Latina e Caribe e da Escola de Negociadores Jovens no Chile.

Participação da Juventude Caribenha na Cúpula do Clima da ONU

Eu sou Jevanic Henry, enviado especial sobre Mudanças Climáticas da Rede Ambiental de Jovens do Caribe (CYEN, sigla em inglês). Também sou membro do movimento regional “Jovens Ativistas pelas Mudanças Climáticas” (YCCA, sigla em inglês), que tem sido fundamental para garantir que haja uma influência sustentada da juventude caribenha nos contextos internacionais de mudanças climáticas. YCCA foi a principal organização jovem do Caribe na Cúpula do Clima da Juventude da ONU em setembro de 2019. Nossa participação garantiu que as vozes e preocupações relacionadas à mudança climática dos jovens do Caribe não fossem excluídas.



Desafios enfrentados

- A dificuldade de desagregar a informação sobre a necessidade urgente de ação climática adaptada para as diversas partes interessadas foi um grande obstáculo.
- Na cúpula, houve um maior enfoque nos impactos da mudança climática em outras regiões, como o Pacífico, e menos prioridades aos países do Caribe.
- Mobilizar recursos à nível local para apoiar as iniciativas antes e depois da Cúpula foi um desafio.



Medidas tomadas

- Construímos parcerias e alianças com outras organizações e o sector privado para apoiar os esforços e ações que levaram à Cúpula.
- Realizamos atividades de conscientização, incluindo debates escolares, palestras, dias de limpeza de praias, pesquisas e campanhas online. Estas atividades nos permitiram ter uma compreensão holística da perspectiva da juventude caribenha que pudesse informar adequadamente nossas deliberações na cúpula.
- Implementamos uma estratégia de advocacy para consolidar e ampliar as mensagens sobre mudanças climáticas. Tal ação nos permitiu unificar as mensagens dos diversos participantes de vários Estados membros da região, permitindo assim que uma maior atenção fosse dada às vozes da Juventude Caribenha que nem sempre são escutadas.

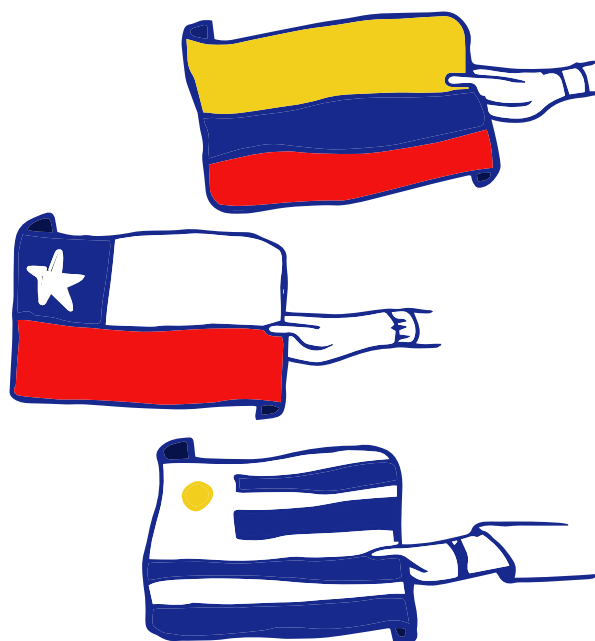


Resultados

- Criamos uma plataforma regional virtual de intercâmbio de conhecimentos, ideias e soluções sobre mudanças climáticas.
- A partir da Cúpula, construímos uma rede global e alianças que abriram novas oportunidades para a juventude do Caribe se envolver em áreas relacionadas, como gênero e mudança climática, energia renovável, gestão de recursos naturais, etc.
- A experiência desta Cúpula também empoderou muitos de nós a assumir posições de liderança em várias organizações ambientais.

Adolescentes na COP25!

Somos Guillermo Passeggi (Uruguai), María Esperanza de la Cruz (Equador) e Catalina Silva (Chile). Somos os adolescentes que criaram a campanha “1.000 ações por uma mudança”, que mobilizou 10.000 adolescentes de 20 países da América Latina e do Caribe para ajudar a mitigar a crise climática. Essa campanha nos deu um espaço na COY15 e COP25, onde levamos as vozes de milhares de adolescentes da nossa região.



Medidas tomadas

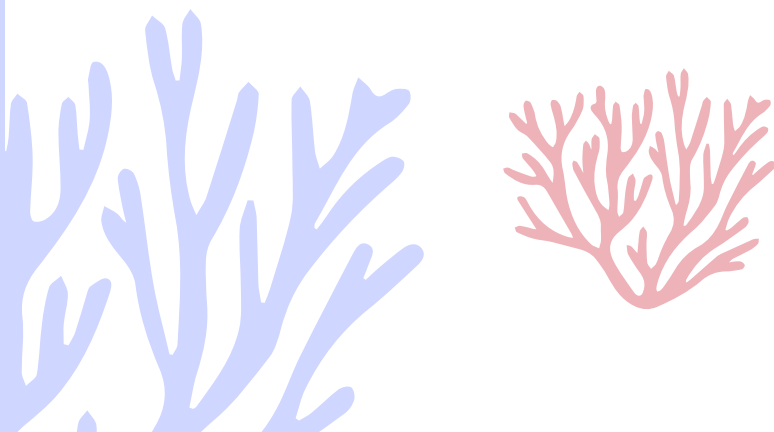
- Criamos uma página na web onde os adolescentes podem ver uma lista de ações a serem realizadas e um mapa mostrando onde essas ações estão sendo implementadas e por quem.
- Construímos um modelo de governança coletiva e descentralizada para os responsáveis pela ação no continente.
- Elaboramos um relatório sobre os resultados da campanha e as lições aprendidas no processo e os apresentamos no COY15 e na COP25, espaços onde estavam os tomadores de decisão.

Desafios enfrentados

- Dificuldades de comunicação com os responsáveis pelas ações das populações rurais que tinham conectividade limitada.
- Adaptação e introdução de outros adolescentes a um modelo de governança horizontal.
- Ser ouvido pelos tomadores de decisão na COP25, devido a pouca relevância dada à adolescência nestes espaços.

Resultados

- Representar adolescentes (13–19 anos) em espaços da COY15 e COP25, onde geralmente não estamos representados como adolescentes.
- Em um nível pessoal, compreendendo a dinâmica e os processos das negociações climáticas globais e começando a nos formar como futuros líderes da ação climática.
- Estabelecer links e criar redes com outras organizações de adolescentes e jovens.
- Participar de painéis e dialogar com as autoridades mais importantes na COP25.



Referências

Carbon Market Watch, 'Side Event at COP21: What are NAMAs and how is civil society engagement important for their success', Carbon Market Watch, 2015, <https://carbonmarketwatch.org/wp-content/uploads/2015/11/NAMA-Side-Event-Report_Final.pdf>, acessado em 25 junho 2020.

Carmona Gómez, E., 'La gobernanza climática en América del Norte: Actores, instituciones y dinámicas en la formación de políticas', Norteamérica, vol. 7, no. 1, 2012, pp. 193-206.

Center for Climate and Resilience Research (Centro de Pesquisa de Clima e Resiliência), 'La Gobernanza del Cambio Climático en Chile', Center for Climate and Resilience Research, Santiago, 2014, <www.local2030.org/library/210/A-Guide-to-Multi-level-Governance-For-Local-and-Regional-Public-Authorities.pdf>, acessado em 24 junho 2020.

Center for International Environmental Law, 'Promoting Public Participation in Climate Policies Public Participation in International Climate and Environmental Frameworks (Centro de Direito Ambiental Internacional, 'Promoção da Participação Pública nas Políticas Climáticas - Participação Pública no Clima Internacional e Estruturas Ambientais'), CIEL, 2018, <www.ciel.org>, acessado em 24 junho 2020.

Center for International Environmental Law, 'Promoting Public Participation in Climate Policies: Opportunities at the 48th Session of the Subsidiary Bodies', CIEL, 2018, <www.ciel.org/wp-content/uploads/2018/04/PromotingParticipation_EntryPoints_SBs48-final.pdf>, acessado em 27 junho 2020.

CoopEnergy, 'Guía para la gobernanza multinivel. Para autoridades públicas locales y regionales', 2015, <www.eve.eus/EveWeb/media/EVE/pdf/proyectos-europeos/Gobernanza-multinivel-72.pdf>, acessado em 24 junho 2020.

Córdova Bojórquez, Gustavo, María de Lourdes Romo Aguilar, 'Gobernanza climática: Actores sociales en la mitigación y adaptación en el estado de Coahuila, México', Nóesis, Revista de Ciencias Sociales y Humanidades, vol. 24, no. 47-2, 2015, pp. 129-146, <<https://doi.org/10.20983/noesis.2015.13.10>>, acessado em 27 junho 2020.

Daniell, K. A. and A. Kay, 'Multi-level governance: An introduction. Multi-Level Governance: Conceptual Challenges and Case Studies from Australia' (Governança multinível: uma introdução. Governança multinível: desafios conceituais e estudos de caso da Austrália)', 2017, <<https://doi.org/10.22459/mg.11.2017.01>>, acessado em 24 junho 2020.

Dávalos, J., La Agenda Climática Global en las Ciudades Latinoamericanas. Actores no Estatales y Gobiernos Subnacionales en Acción, Serie Análisis Carolina, No. 28-2020, Fundación Carolina, Madrid, 2020.

Gobierno de Chile, 'Consulta Ciudadana NDC de Chile', s.d., <<https://consultaciudadanas.mma.gob.cl/portal/consulta/58>>, acessado em 25 junho 2020.

Gobierno de Chile, 'Primer proceso de Actualización de la Contribución Determinada a Nivel Nacional', 2019, <<https://mma.gob.cl/primer-proceso-de-actualizacion-de-la-contribucion-determinada-a-nivel-nacional-ndc/>>, acessado em 25 junho 2020.

Gobierno de México, 'Proceso de actualización de las Contribuciones Determinadas a nivel Nacional (NDC)', 2020, <www.gob.mx/semarnat/acciones-y-programas/proceso-de-actualizacion-de-las-contribuciones-determinadas-a-nivel-nacional-ndc>, acessado em 6 julho 2020.

Gobierno de México, 'Diálogo con juventudes mexicanas en el marco de la actualización de las Contribuciones Determinadas a nivel Nacional (NDC)', 2020, <www.gob.mx/semarnat/acciones-y-programas/dialogo-con-juventudes-mexicanas-en-el-marco-de-la-actualizacion-de-las-contribuciones-determinadas-a-nivel-nacional-ndc>, acessado em 6 julho 2020.

Gobierno del Perú, 'MINAM informa sobre proceso participativo para la elaboración del Reglamento de la Ley Marco sobre Cambio Climático', Lima, 2018, <www.minam.gob.pe/notas-de-prensa/minam-informa-sobre-proceso-participativo-para-la-elaboracion-del-reglamento-de-la-ley-marco-sobre-cambio-climatico/>, acessado em 26 junho 2020.

Heras Hernández, Francisco, 'Instrumentos para la gobernanza', Apresentação em PowerPoint presented no 12º Congresso do Meio Ambiente, Madrid, novembro 25-27, 2014, <www.conama.org/conama/download/files/conama2014/STs_2014/1996711254_ppt_FHeras.pdf>, acessado em 25 junho 2020.

Martínez, A., 'El Consejo Climático Ciudadano y el Consejo Climático Científico en Costa Rica', La Ruta del Clima, 2017, <<https://larutadelclima.org/2017/11/07/consejos-climaticos-ciudadanos-y-cientificos-en-costa-rica/>>, acessado em 15 julho 2020.

Movimiento Ciudadano frente al Cambio Climático, 'MOCICC promueve en regiones diálogos sobre el compromiso climático del Perú'. Nota de prensa, <www.mocicc.org/noticias/mocicc-promueve-en-regiones-dialogos-sobre-el-compromiso-climatico-del-peru/>, acessado em 15 julho 2020.

Movimiento Ciudadano frente al Cambio Climático, 'Unidos para enfrentar el cambio climático en Perú', Lima, 2020, <www.mocicc.org/cambio-climatico-en-peru-2/>, acessado em 15 julho 2020.

Sociedad Civil por la Acción Climática, 'Sociedad Civil por la Acción Climática', SCAC, s.d., <www.porlaaccionclimatica.cl/#https://www.porlaaccionclimatica.cl/#!/nosotros>, acessado em 15 julho 2020.

Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, Guía de apoyo para negociadores iberoamericanos: Hacia la implementación del Acuerdo de París, PNUD, Panamá, 2019, <https://www.latinamerica.undp.org/content/rblac/es/home/library/environment_energy/guia-de-apoyo-para-negociadores-iberoamericanos-hacia-la-impl.html>, accesado em 19 junho 2020.

United Nations, 'Communication of long-term strategies' (Nações Unidas, 'Comunicação de estratégias de longo prazo'), NU, s.d., <<https://unfccc.int/process/the-paris-agreement/long-term-strategies>>, acessado em 17 junho 2020.

United Nations, 'Guidelines for the preparation of national adaptation programmes of action. Decision 28/CP.7' (Diretrizes para a preparação de programas de ação de adaptação nacional. Decisão 28/CP.7), NU, <<https://unfccc.int/resource/docs/cop7/13a04.pdf#page=7>>, acessado em 27 junho 2020.

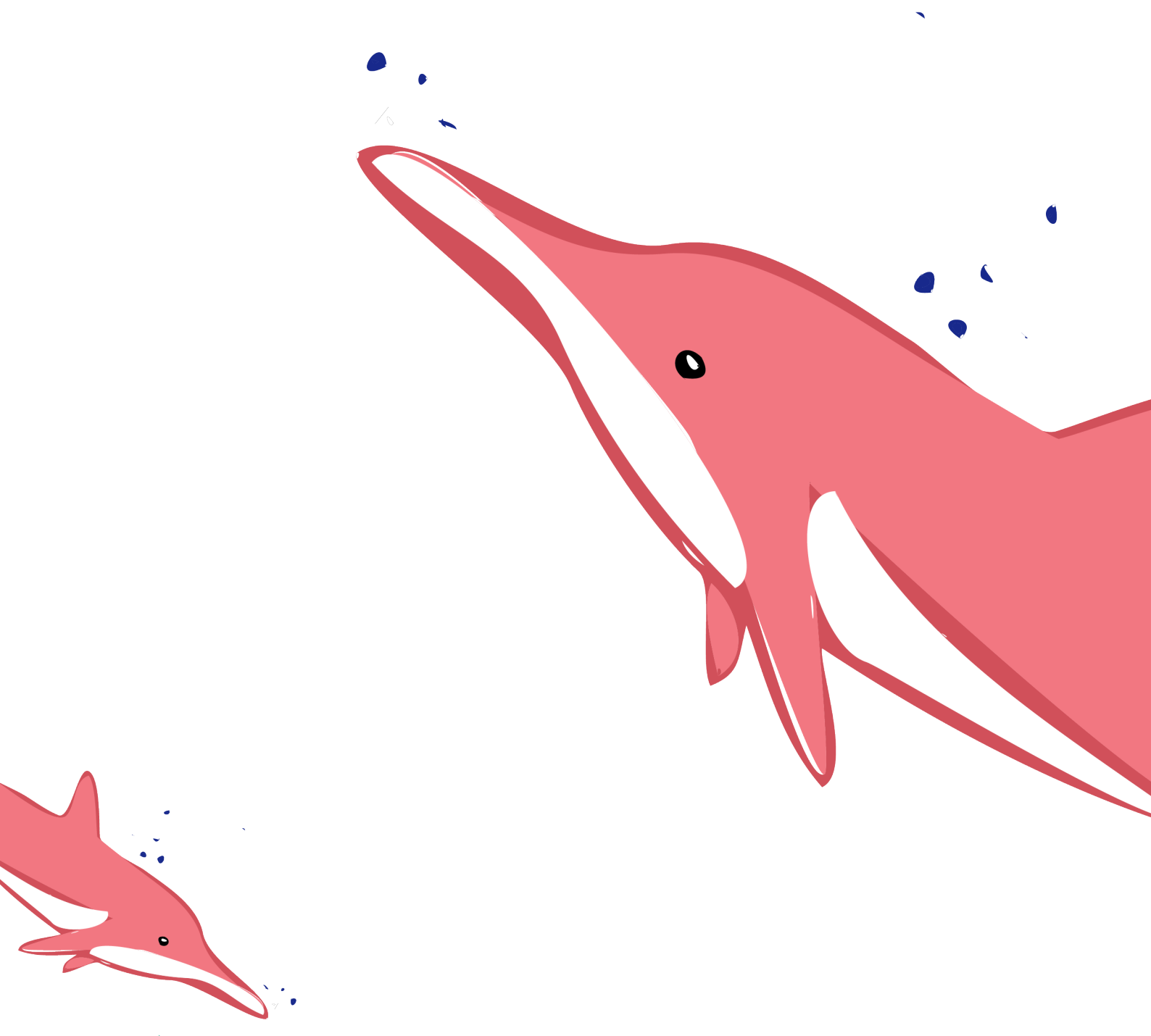
United Nations, 'National communication submissions from non-Annex I parties', NU, s.d., <<https://unfccc.int/non-annex-I-NCs>>, acessado em 27 junho 2020.

United Nations, 'Paris Agreement', UN, 2015, <https://unfccc.int/files/essential_background/convention/application/pdf/english_paris_agreement.pdf>, acessado em 18 junho 2020.

United Nations, 'Parties', NU, s.d., <<https://unfccc.int/process/parties-non-party-stakeholders/parties-convention-and-observer-states>>, acessado em 19 junho 2020.

United Nations, 'What is the Paris Agreement?', NU, s.d., <<https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement/what-is-the-paris-agreement>>, acessado em 10 junho 2020.

Warner, Koko, et al., 'Evidence from the frontlines of climate change: Loss and Damage to communities despite coping and adaptation' (Evidências da linha de frente da mudança climática: Perda e danos às comunidades, apesar do enfrentamento e adaptação), UNU-EHS Report No. 9, United Nations University, Institute for Environment and Human Security, Bonn, 2012, <www.ciesin.org/binaries/web/global/news/2013/cdkn-report.pdf>, acessado em 28 junho 2020.



© Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)
Outubro de 2020

Escritório Regional para a América Latina e Caribe

Edifício 102, Rua Alberto Tejada, City of Knowledge

Panamá, República do Panamá

Caixa postal: 0843-03045

Telefone: (+507) 301 7400

uniceflac@unicef.org

www.unicef.org/lac

unicef  | para cada criança